



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
16ª Superintendência Regional

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Fortaleza, 2013



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª Superintendência Regional



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70, da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012.

Fortaleza, 2013

SUMÁRIO

1.	Lista De Siglas e Abreviaturas.	4
2.	Lista De Tabelas, Gráficos, Declarações E Informações Anexas	5
3.	Equipe Administrativa da 16ª SRPRF/CE:	6
4.	1. Identificação e Atributos	7
5.	1.2 Finalidade e Competências Institucionais	12
6.	1.3 Organograma Funcional	12
7.	1.3.1 Circunscrição da Regional:	17
8.	1.4 Macroprocessos Finalísticos	19
9.	1.5 Macroprocessos de Apoio	22
10.	1.6 Principais Parceiros	23
11.	2 Planejamento Estratégico, Plano de Metas e Ações	24
12.	2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	24
13.	2.2 Execução do Plano de Metas ou de Ações	26
14.	2.3 Indicadores	27
15.	3. Estrutura de governança e de autocontrole da gestão	30
16.	3.1 Objetivos Estratégicos	32
17.	3.2. Estratégia de Atuação	32
18.	3.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico.	32
19.	3.2.2. Análise do Plano de Ação Da 16ª SRPRF	35
20.	3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema correicional	36
21.	3.3.1 Estrutura da corregedoria da UJ	36
22.	3.4 Competências da Corregedoria da unidade Jusridicionada	37
23.	3.5 Cadastramento de Processos no Sistema CGU-PAD	39
24.	3.5.1 Relatório de Atividades da Corregedoria da Unidade	39
25.	4. Desempenho Orçamentário e Financeiro	39
26.	4.1 Programação Orçamentária da Despesa	41
27.	4.2 Gestão de Ações por Programa	42
28.	4.2.1 Execução dos Programas	43
29.	4.2.2 Programa 0750	44
30.	5. Tópicos Especiais de Execução Orçamentária e Financeira	58
31.	5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar	58
32.	6. Gestão de Pessoas e terceirização de mão de obra	59
33.	6.1 Recursos humanos	59
34.	6.2 Considerações	68
35.	7. Estrutura do Controle Interno	68
36.	8. Gestão Ambiental e Licitações sustentáveis	71
37.	8.1 Medidas Adotadas	71
38.	9. Gestão de Patrimônio mobiliário	73
39.	9.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis	74
40.	10. Gestão da Tecnologia da Informação	78
41.	11. Declaração Do Contador Responsável Pela UJ	80
39.	12. Resultados E Conclusões	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

16a SRPRF/CE – 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Ceará

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres

CGU – Controladoria-Geral da União

CNAE – Classificação de Nacional de Atividades Econômicas

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento Veicular

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito

DETRAN/CE – Departamento Trânsito do Estado do Ceará

DG – Direção Geral

DITRAN – Divisão de Trânsito – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

DN – Decisão Normativa

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

IN – Instrução Normativa

IS – Instrução de Serviço

INFOSEG – Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PNSP – Programa Nacional de Segurança Pública

PRF – Policial Rodoviário Federal

RG – Relatório de Gestão

SAD – Sindicância Administrativa Disciplinar

SAF – Seção Administrativa e Financeira

SAI – Sindicância Administrativa Investigativa

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

UCC – Unidade Centralizadora de Compra

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro I – Identificação Da UJ

Mapa. Estratégico da PRF

Objetivos de Governo

Organograma Funcional

Dez Principais Macroprocessos Finalísticos

Quatro Principais Macroprocessos de Apoio

Operações Nacionais 2012

Variação de Acidentes 1

Variação de Acidentes (frota)

Apreensões

Atividade Correicional

Quadro A.4.1 – Programa de Governo Constante no PPA – Temático

Quadro A.4.5 – Programa de Governo Constante no PPA – Gestão de Manutenção

Cursos Realizados

Acidentes de Trânsito

Fiscalização de Trânsito

Infrações e Alcoolemia

Apreensões

Força-Trabalho

Apoio Administrativo - Programa 0750

Principais Ações do Programa Ação 2000 Administração da Unidade

A.4.14. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos Por Movimentação

A.4.15. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos Por Movimentação

A.4.15. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos Por Movimentação

Quadro 4.5.2. – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.6.0 – Valores Pagos a Título de Benefícios

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ

Quadro A.6.2 – Situações Que Reduzem a Força de Trabalho Da UJ

Quadro A.6.2.1 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Quadro A.6.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores

Quadro A.6.8 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Quadro A.6.9 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.10 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores

Quadro A.6.11 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Quadro A.6.12 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Estruturas de Controle Interno

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental

Quadro A.9.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.9.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade Da União Licitações

Valores Licitados e Modalidade de Licitação

Quadro A.10.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Equipe Administrativa da 16ª SRPRF/CE:

Superintendente

MARCO ANTONIO MAIA

Núcleo de Apoio Técnico

GLÁUDIO MOURA JÚNIOR

Núcleo de Inteligência

ELDYR DE CAMPOS CARVALHO FILHO

Núcleo de Comunicação Social

FRANCISCA NEURISMENE DE OLIVEIRA PINHEIRO

Seção de Policiamento e Fiscalização

RODRIGO SOARES DE FREITAS

Corregedoria Regional

EMANUEL CIDADE FAEL

Seção Administrativa e Financeira

ALEXANDRE MAGNO DE OLIVEIRA NOGUEIRA

Seção de Recursos Humanos

MILENA MENEZES DE OLIVEIRA SALES

Núcleo de Operações Especiais

ALEXSANDRO LUIZ MENEZES BATISTA

Núcleo de Multas e Penalidades

FRANCISCO DENILSON NASCIMENTO DE CASTRO

Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

RITA DE CÁSSIA CHAVES OLIVEIRA SABÓIA

Núcleo de Assuntos Internos

SÉRGIO HENRIQUE BORGES

Núcleo de Orçamento e Finanças

MÁRCIO NOGUEIRA DOS SANTOS

Núcleo de Patrimônio e Material

PAULO HENRIQUE PONTES MARTINS

Núcleo de Serviços Gerais

WALDIR DIAS JÚNIOR

Núcleo de Documentação

FRANCISCO ARAÚJO PESSOA

Núcleo de Telemática

PAULO CÉSAR FERNANDES CARVALHO

Núcleo de Administração de Pessoal

MARCELO BARBOSA GUIMARÃES

Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal

LAURO LUIZ DA ROCHA NETO

Missão Institucional

Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ		Código SIORG: 00704	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Décima Sexta Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 16ª SRPRF/CE			
Código SIORG: 02822	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 200112
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta do poder Executivo			
Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(85) 3295-3022	(85) 3289-4243	(85) 3295-4254
E-mail: gab.ce@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rodovia Santos Dumont (BR 116), KM 06, Cajazeiras, Fortaleza-CE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Constituição da República Federativa do Brasil, de 08 de outubro de 1988. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. Decreto Presidencial nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 1995			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça; Portaria Ministério da Justiça nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007. Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1998, Lei 11.358/2006 e Lei 11.784/2008.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200112	16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A Polícia Rodoviária Federal - PRF tem como missão precípua promover a segurança viária nas rodovias e estradas federais sob sua circunscrição. Naturalmente, o trabalho desenvolvido no leito viário impacta todo o espectro de segurança pública, tarefa típica do Estado. Portanto, pode-se dizer que os beneficiários dos serviços da PRF são os usuários dessas vias, bem como a população a ela lindeira e, em última análise, a sociedade de modo geral.

A segurança viária compreende a prevenção da ocorrência de acidentes de trânsito e, também, o enfrentamento aos ilícitos que se valem dessas vias para sua locomoção ou movimentação. Nesta região onde é intenso o turismo, principalmente o religioso, com a utilização dos veículos típicos chamados “paus de arara”, a fiscalização contra a dignidade da pessoa humana ganha contornos mais fortes.

As competências da PRF têm seus principais marcos legais na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto 1.655/95 e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria 1.375/2007 do Senhor Ministro da Justiça, o qual será apresentado no próximo campo – organograma funcional.

Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, como aduz o Capítulo III, Item II, Art. 144, caput, inciso II, §2º.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

II - polícia rodoviária federal

...

2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter, também, como missão, parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal, para com a segurança pública, além das atribuições normais de prestar segurança aos usuários das vias federais, socorrer as vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outras.

No âmbito infraconstitucional, destaca-se a inserção da PRF no artigo 20 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definindo-a como órgão componente do sistema nacional de trânsito e dando as seguintes competências:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

- IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;*
- V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;*
- VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;*
- VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;*
- VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;*
- IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;*
- X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;*
- XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.*

O Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 04 de outubro de 1995, por sua vez, define, amiúde, as competências institucionais da PRF, em particular nos aspectos ligados ao enfrentamento à criminalidade:

- I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;*
- II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;*
- III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;*
- IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;*
- V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;*

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

A Lei 9.654, de 2 de junho de 1.998, alterada pela Leis 11.358/2006, 11.784/2008 e 12.775/2012, estabelece as competências funcionais do Policial Rodoviário Federal.

Art. 2º-A. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A.

§ 1º As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes:

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe;

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe;

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e

demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

§ 2º - As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1º serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça

Existem outros diplomas legais que acometem atribuições à PRF. Entretanto, as normas citadas são as que mais traduzem as competências e finalidade da Instituição.

A PRF, historicamente, se dedicou por longas décadas ao policiamento de trânsito. Em sua ação cotidiana pouco se envolvia com operações e ações de combate e enfrentamento a criminalidade. Entretanto, como o passar dos anos e com o aumento da violência, a estrada, antes palco para o escoamento de riquezas e para o exercício do direito constitucional à livre locomoção, passou a servir, também, de suporte logístico para a circulação de criminosos e movimentação de produtos ilícitos.

Esse fato trouxe para o seio da PRF uma nova preocupação, qual seja: preparar-se para o enfrentamento a esses ilícitos, sem descuidar, no entanto, de sua missão histórica de zelar pela segurança e fluidez do trânsito.

O elemento norteador dessas ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o planejamento estratégico, o qual ainda está em processo de finalização, mas seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa.



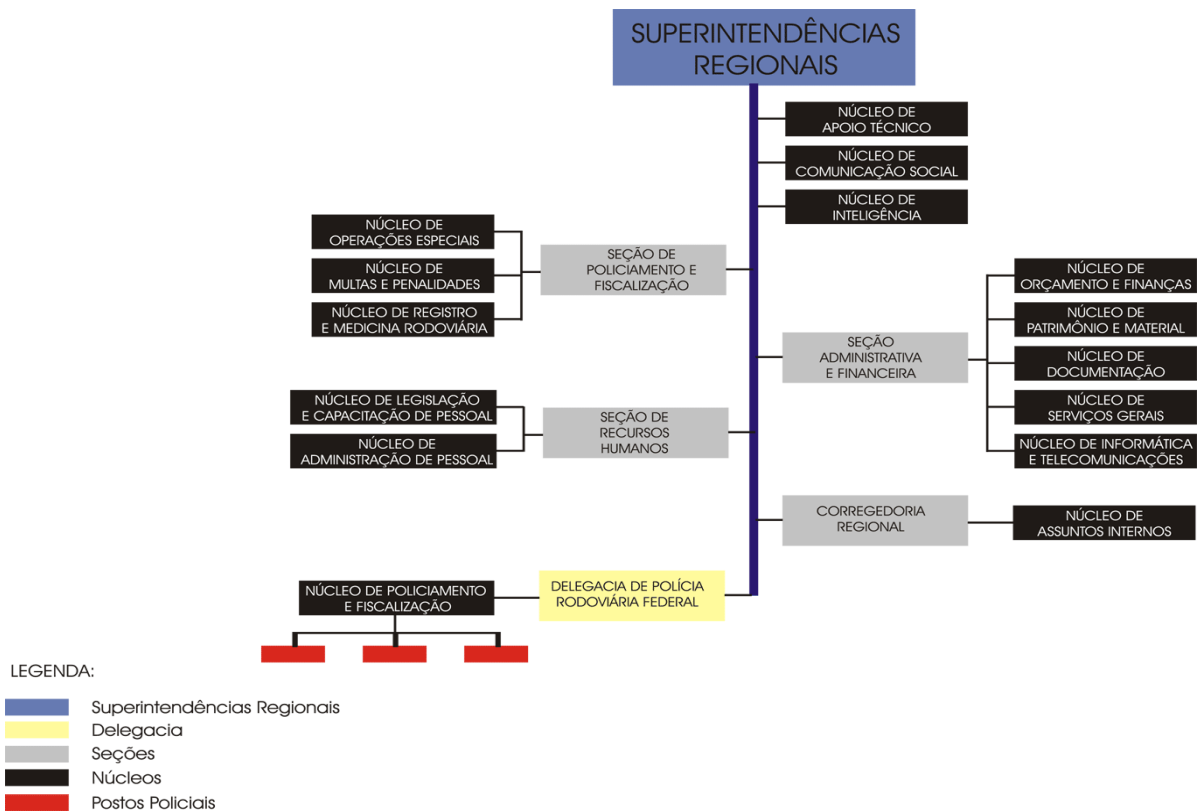
O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os programas de governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do plano estratégico de governo definidos no Plano Plurianual - PPA, desta feita, o PPA 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de Indicadores e Metas a serem cumpridas pela Instituição.

A PRF contribui, principalmente, para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, Programa este vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF se vinculam expressamente. Como o Programa é Temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afetadas exclusivamente à PRF.

OBJETIVOS DE GOVERNO	METAS PRF PPA 2012-2015 – PROGRAM 2070
<p>0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.</p>	<p>Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas; Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de PNRs nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONS da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR – Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras.</p>
<p>0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.</p>	<p>Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil; Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF.</p>
<p>0832 - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.</p>	<p>Instalar doze Centros de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014; Doze CCCI regionais nos Estados sede da CM 2014; Quinze CCCI em outros Estados; Um CCC Nacional; Cinquenta e um CCC Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos.</p>
<p>0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.</p>	<p>Alcançar com ações de Ed Trans 1 milhão de pessoas até 2015; Ampliar a parceira com o MS – SAMU Rodoviário; Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais; Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia; Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar CCCs em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.</p>

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O Regimento Interno da PRF, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, especifica as atribuições de cada uma dessas estruturas. Transcrevemos abaixo, as principais competências regimentais relativas à unidade do tipo superintendência. A figura abaixo sintetiza essa estrutura e logo abaixo, as atribuições de cada um deles.



Art. 75. Às *Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal*, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-ofício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

...

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

...

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;

...

Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

...

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

...

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

...

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam: a) atendimento pré-hospitalar e resgate b) transporte inter-hospitalar; c) transporte de órgãos; d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional; e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos; f) comandos de saúde preventivos para o trânsito; g)

atividades de medicina do tráfego; h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito; i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

...

Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

...

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

...

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

...

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

...

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

...

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

...

Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

...

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e

profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

...

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

...

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde: a) acompanhamento da concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias de saúde; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i) atividades de medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) Junta médica nacional; m) juntas médicas regionais; n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos; o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas; p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde; q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde; r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV. XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

...

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

...

Art. 94. Às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

...

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, atuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia

Esta Regional é composta, além da estrutura padrão na Sede, de cinco Delegacias. As atribuições de cada área, conforme excerto do Regimento Interno apresentado, deixa bastante claro a que macroprocesso ela se vincula, seja ele finalístico ou de apoio. Após a apresentação de cada delegacia, apresentaremos, nos itens seguintes destinados aos Macroprocessos, a vinculação destes com os Objetivos de Governo estabelecidos no Programa Temático 2070.

CIRCUNSCRIÇÃO DA REGIONAL:

A seguir destacamos a abrangência territorial da Unidade Regional, situada no estado do Ceará, cuja malha viária é composta das seguintes rodovias federais: BR 020, BR116, BR 222 e BR 304, perfazendo um total de 1.790 km e informamos a relação de delegacias e postos fixos da 16ª SRPRF/CE com respectiva jurisdição:

Central de Informações Operacionais - CIOP

Endereço : BR 116 km 06, s/n – cajazeiras, Fortaleza

Telefones : (085) - 3295-3022; 3295-3472; 3295-4286; 3295-4273; 3295-4286; 3295-4794; 3295-3591 (direto).

1ª Delegacia – CAUCAIA

Endereço : BR 020 km 402, s/n, Campo Grande, Caucaia-CE

Telefone : (085) 3213-0137

Fax : (085) 3213 0131

Circunscrição: BR 116 do km 000 até km 050 (Pacajus); BR 020 do km 405 até km 356 (lagoa do Juvenal); BR 222 do km 000 até km 122 (Itapagé)

Unidade Operacional de ITAITINGA

Endereço : BR 116, km 14, Itaitinga

Circunscrição: BR 116 km 000 até km 050 (Horizonte)

Unidade Operacional de CROATÁ

Endereço : BR 222, km 060, Croatá

Telefone : (085) 3340-1029

Circunscrição: BR 222 km 040 até km 122 (Itapagé)

Unidade Operacional de CAMPO GRANDE

Endereço : BR 222, km 012, Campo Grande, Caucaia

Telefone : (085) 3213-1520

Circunscrição: BR 020 – contorno rodoviário; BR 222 km 000 até km 040

2ª Delegacia - CANINDÉ

Endereço : BR 020, km 304, Palestina, Canindé

Telefone/Fax : (085) 3343-1309/ (088) 3343-1320

Circunscrição: BR 020 do km 356 (lagoa do Juvenal) até km zero (divisa CE/PI)

Unidade Operacional de MARANGUAPE
Endereço : BR 020, km 371, Maranguape
Telefone : (085) 3342.7373
Circunscrição: BR 020 km 405 até km 367 (lagoa do Juvenal)

Unidade Operacional de CANINDÉ
Endereço : BR 020, km 310, Canindé
Telefone : (085) 3343-2042
Circunscrição: BR 020 do km 366 (lagoa do juvenal) até km 255

Unidade Operacional de BOA VIAGEM
Endereço : BR 020, km 208, Boa Viagem
Telefone : (088) 3427-1159
Circunscrição: BR 020 do km 255 até km 000 (divisa CE/PI)

3ª Delegacia – RUSSAS
Endereço : Av Gov. Raul Barbosa, 502, Alto da Bela Vista, Russas
Telefone/Fax : (088) 3411-2570/ (88)3411-2570
Circunscrição: BR 116 do km 050 até km 250 (Sombrio); BR 304 do km 000 até km 099 (divisa CE/RN)

Unidade Operacional de CHOROZINHO
Endereço : BR 116, km 070, Triângulo de Chorozinho, Chorozinho
Telefone : (085) 3319-1235
Circunscrição: BR 116 do km 050 até km 112

Unidade Operacional de ARACATI
Endereço: BR 304, km 053, Aracati
telefone : (088) 3421-1090
Circunscrição: BR 304 do km 000 até km 099 (divisa CE/RN)

Unidade Operacional de RUSSAS
Endereço: BR 116, km 158, Russas
telefone : (088) 3411-0290
Circunscrição: BR 116 do km 112 até km 250 (Sombrio)

4ª Delegacia – SOBRAL
Endereço : Av. Fernandes Távora, s/n, Sinhá Sabóia, Sobral
Telefone/Fax : (088) 3614-3133/ (088) 3614-3044
Circunscrição: BR 222, do km 122 até km 347 (divisa CE/PI)

Unidade Operacional de IRAUÇUBA
Endereço: BR 222, km 153, Irauçuba
telefone : (088) 635-1195
Circunscrição: BR 222, km 122 até km 197

Unidade Operacional de SOBRAL
Endereço: BR 222, km 224, Sobral
telefone : (088) 614-3310
Circunscrição: BR 222 km 197 até km 280

Unidade Operacional de TIANGUÁ
Endereço : BR 222, km, 314, Tianguá
Telefone : (088) 3671-1611

Circunscrição: BR 222 km 280 até km 347 (divisa CE/PI)

5ª Delegacia – ICÓ

Endereço : Rua Ilídio Sampaio, 2036, centro, Icó

Telefone/Fax: (088) 3561-1279/ (088) 3561-1311

Circunscrição: BR 116 do km 250 até km 554 divisa CE/PE)

Unidade Operacional de JAGUARIBE

Endereço: BR 116, km 296, Pitombeira, Jaguaribe

telefone : (088) 3522-1775

Circunscrição: BR 116 do km 254 até km 336

Unidade Operacional de ICÓ

Endereço : BR 116, km 368, Icó

telefone : (088) 3561-1829

Circunscrição: BR 116 do km 336 até km 421

Unidade Operacional de MILAGRES

Endereço: BR 116, km 487, Milagres

telefone : (088) 3553-1400

Circunscrição: BR 116 do km 421 até km 554

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O quadro abaixo apresenta os dez principais macroprocessos finalísticos da Instituição. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070).

Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução por esta UJ.

No item 2, deste relatório, será tratado amiúde a estratégia de atuação. Portanto as informações no campo do quadro a seguir a sucinta e apenas traz linhas gerais.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
Macroprocesso 1	ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades Do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
OG	0833
As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em Sede de defesa da autuação a análise foi efetuada pelas Comissões de Defesa da Autuação (CADA). Em caso de Recurso por penalidade já imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI). Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas nos Postos de Fiscalização e em patrulhamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR Brasil), ficando o interessado	

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso a INTERNET. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias.	
Macroprocesso 2	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO.
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
OG	0833
Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na INTERNET. Esse levantamento organizado se faz com o emprego dos Núcleos de Inteligência. As invasões da faixa de domínio foram imediatamente notificadas, procedendo-se ao embargo da obra.	
Macroprocesso 3	CRENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA
Cliente	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
Necessidades Do cliente	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
Produtos/ Serviços	Autorização para serviços de escolta e similares.
Resultados	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
OG	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, a qual restou incumbida os serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.	
Macroprocesso 4	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários, população linceira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
OG	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos. Quanto a informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as Operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e nesse momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor.	
Macroprocesso 5	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS.
Cliente	Superintendente Regional da PRF, Coordenação de Inteligência da PRF, Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa e Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.
Necessidades Do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informações para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
OG	0825, 0830, 0832, 0833
Cada Equipe de serviço no trecho figurou com fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu, tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir a surpresa aos usuários da via.	
Macroprocesso 6	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários das rodovias federais, população litorânea, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
OG	0833
A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados).	
Macroprocesso 7	ESCOLTA E BATEDOR.
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades Do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
OG	0833
A PRF integrou todos os trabalhos de segurança de dignitários em visita à sua circunscrição,	
Macroprocesso 8	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
OG	0825; 0832; 0833
Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região e roubo/furto de veículos. Esses enfrentamentos também permeiam a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e a criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirados criminosos de circulação, bem como efetuada apreensão de drogas, veículos furtados/roubados, entre outros.	
Macroprocesso 9	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas,

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
	usuários da rodovia.
Necessidades Do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
OG	0825; 0833.
A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho, mas teve atenção especial com a realização de operações específicas de fiscalização do transporte de produtos perigosos, em face do risco que sinistro envolvendo os veículos que transportam tais substâncias traz ao meio ambiente.	
Macroprocesso 10	COMANDO E CONTROLE.
Cliente	Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral
Necessidades Do cliente	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido.
OG	0825; 0833.
As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento. A vertente de comando e controle foi realizado aquém do potencial, vez que já está disponível o monitoramento georreferenciado das viaturas. Esta é uma oportunidade de melhoria para o exercício 2013.	

Esses dez macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via; fiscalização de trânsito; educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta-intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

1.5 PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO

O quadro abaixo apresenta os quatro principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Macroprocesso 1	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL.
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades Do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
OG	0825, 0830, 0833.
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular a prática saudáveis de alimentação e atividade física. A capacitação	

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
restou prejudicada pelo baixo disponibilizado, vez que a Sede Central empenhou muitos recursos e esforços para formação do contingente novo formado no exercício.	
Macroprocesso 2	APOIO LOGÍSTICO.
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades Do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
OG	0825, 0830, 0833.
Foi celebrado contrato de manutenção para toda a frota da Regional. O abastecimento foi feito por meio do contrato nacional com a TICKET CAR, ficando um servidor da Regional responsável pelo controle desse abastecimento. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial os etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Esteve vigente durante todo o ano contrato de limpeza e conservação das instalações físicas. Foram realizadas reuniões de trabalho com todas as chefias de Delegacias e da Sede a fim de aprimorar a fiscalização desses contratos. Durante o ano foram distribuídas viaturas novas para todas as Delegacias e recolhidas as mais antigas para leilão.	
Macroprocesso 3	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC.
Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
Necessidades Do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
OG	0825, 0830, 0833.
Foi contratado serviço de manutenção (pequenas obras de reparo) dos Postos, bem como realizada a licitação para a construção do Posto de Fiscalização e sede da delegacia na cidade de Icó e posto de fiscalização na cidade de Milagres. Realizou-se levantamento das condições físicas dos Postos com vistas à elaboração de projeto básico para a contratação de projeto executivo para reforma e ampliação de todos os Postos e Delegacias. Essas duas providências realizar-se-ão no exercício de 2013. O serviço de TI passa por atualização na Sede Central, ficando a Regional responsável pela administração da rede da regional e apoio a rede da sede do DPRF. Foram substituídas todas as estações de trabalhos nos postos de fiscalização.	
Macroprocesso 4	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar ente o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em um Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades Do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
OG	0825, 0830, 0833.
Este macroprocesso está sendo bem conduzido na Regional, pois existe a determinação de rigor em qualquer apuração face eventual desvio de conduta, naturalmente, sem descuidar dos direitos e garantias constitucionais, fato que afasta qualquer eventual sentimento de impunidade. Mas também foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, entre outras.	

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

O trabalho da PRF, regra geral, sempre conta com a parceria de outros órgãos. Senão vejamos. No campo do combate a criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto. Temos a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Assim, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se

completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento do Poder Judiciário.

No dia a dia da estrada, a PRF tem dois parceiros institucionais que com ela divide a mesma circunscrição: o DNIT e a ANTT. Com esses dois órgãos existem termos de cooperação celebrado em sede de suas Direções Gerais. Do mesmo modo existe Convênio celebrado entre o DPRF e o a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Nas Regionais, mesmo sem a celebração formal de acordo de cooperação, a PRF e o Ministério Público se apoiam mutuamente. Do mesmo modo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar figuram com parceiros de todas as emergências.

Está em fase de finalização um Acordo de Cooperação entre a PRF e o Ministério Público do Estado para a elaboração do Termo Circunstanciado de Ocorrência e Boletim de Ocorrência Circunstanciado. Para o exercício de 2013 esse acordo será firmado.

Existe outra Cooperação Técnica em nível nacional que é o Convênio com o SEST/SENAST, cujo objeto é a realização dos Comandos de Saúde nas rodovias, tendo com principal alvo os motoristas profissionais.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

Neste tópico e em seus subtópicos será revisitado o planejamento estratégico da Instituição, estratégias, metas e planos de ação a fim de atingir os objetivos institucionais e de governo.

Às Unidades Desconcentradas, caso desta Superintendência Regional, cabe a elaboração do planejamento em nível operacional, observando as diretrizes para o planejamento em nível operacional definido pelas áreas da Direção-Geral.

O Planejamento Estratégico da PRF definiu a declaração de missão, visão de futuro e valores da Instituição.

Missão: GARANTIR SEGURANÇA COM CIDADANIA NAS RODOVIAS FEDERAIS E NAS ÁREAS DE INTERESSE DA UNIÃO.

Visão de futuro: SER A POLÍCIA OSTENSIVA DA UNIÃO, RECONHECIDA PELA SOCIEDADE POR SUA EXCELÊNCIA E EFETIVIDADE NO TRABALHO POLICIAL E NA INDUÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA E CIDADANIA.

O planejamento estratégico da PRF também sinalizou no sentido de intensificar o orgulho de pertencer à Instituição e fortalecer os valores institucionais de **PROFISSIONALISMO, ÉTICA, EQUIDADE, PROATIVIDADE, CORDIALIDADE, COMPROMETIMENTO, ESPÍRITO DE EQUIPE, TRANSPARÊNCIA e RESPONSABILIDADE SOCIAL.**

Como restou demonstrado nos itens 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, o Planejamento Estratégico da PRF está totalmente vinculado às suas competências institucionais, bem como ao Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Todos os macroprocessos da Instituição apresentados nos quadros constantes dos itens 1.3 e 1.4 estão totalmente vinculados aos Objetivos de Governo do PPA.

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

O Planejamento estratégico da PRF compreende o período 2012-2020 e foi elaborado no mais alto nível de comando, ou seja, na Direção-Geral. Dele descortinam-se os planejamentos em nível tático pelas diversas áreas da administração central.

Cada uma dessas áreas obedece a um Plano Diretor vinculado, naturalmente, ao planejamento estratégico. Durante o ano de 2012 as citadas áreas trabalharam na elaboração de seus planos diretores, bem como nos desdobramentos de cada objetivo estratégico apresentado na figura constante do item 1.2. Essa tarefa não foi completada na íntegra no exercício aqui relatado, ficando, portanto, sua confecção final para o exercício 2013.

Todos os dirigentes regionais, Superintendentes e Chefes de Distrito, na condição de integrantes da alta administração da Instituição tomam parte na realização do planejamento estratégico.

Para perseguir as metas definidas no planejamento operacional a atividade rotineira obedeceu a criterioso levantamento de pontos críticos de acidentes, utilizando o SIGER/DPRF – Sistema de Informações Gerenciais, os quais somados aos fatores críticos de acidentes orientaram o planejamento das ações diárias de policiamento.

Esse planejamento é difundido ao efetivo por meio de Cartão-Programa de Policiamento, onde a chefia de Policiamento da Delegacia ou o próprio chefe de Delegacia faz constar os itinerários de patrulhamento, pontos de parada e abordagens e as metas ao longo do dia e do trecho.

Além desse planejamento da ação diária, têm-se também as Operações de calendário – feriados e festas nacionais. Essas Operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de sinistro potencializado pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias.

OPERAÇÕES NACIONAIS 2012 (09)	PERÍODO		HORÁRIO/DIA	
	INÍCIO	TÉRMINO	00h00	24h00
CARNAVAL	17/02/2012	22/02/2012	SEXTA-FEIRA À QUARTA-FEIRA	
SEMANA SANTA	05/04/2012	08/04/2012	QUINTA-FEIRA A DOMINGO	
DIA DO TRABALHO	27/04/2012	1º/05/2012	SEXTA-FEIRA À TERÇA-FEIRA	
CORPUS CHRISTI	06/06/2012	10/06/2012	QUARTA-FEIRA A DOMINGO	
INDEPENDÊNCIA	06/07/2012	09/07/2012	QUINTA-FEIRA A DOMINGO	
NOSSA SENHORA APARECIDA	11/10/2012	14/10/2012	QUINTA-FEIRA A DOMINGO	
FINADOS	1º/11/2012	04/11/2012	QUINTA-FEIRA A DOMINGO	
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	14/11/2012	18/11/2012	QUARTA-FEIRA A DOMINGO	
FIM DE ANO	21/12/2012	02/01/2013	SEXTA-FEIRA À TERÇA-FEIRA	

Além desse calendário houve também a previsão de ações diferenciadas para os eventos regionais.

O enfrentamento à criminalidade também foi alvo de previsão de reforço por meio de operações especiais de combate ao crime, operações de fiscalização do transporte de passageiros, produtos perigosos e excesso de peso.

Como já citado anteriormente, o grande diferencial da ação fiscalizadora foi a eleição dos fatores críticos de acidentes graves mais comuns, excesso de velocidade, ultrapassagem indevida e ingestão de bebidas alcoólicas. A fiscalização rigorosa dessas condutas foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício.

No campo do enfrentamento à criminalidade, a principal estratégia foi saturar com a presença ostensiva as rotas mapeadas de ocorrência de tráfico de drogas, exploração sexual de criança e adolescente e roubos de carga. Buscou-se a interação da área de Inteligência com os

demais órgãos policiais e Ministério Público, a fim de permitir ações integradas de combate a grupos criminosos.

O Comando e Controle foi fundamental para o acompanhamento das ações, ocorrências e monitoramento. Todas as ocorrências de relevância, bem como manifestações sociais foram imediatamente comunicadas a Central de Informações Operacionais, a qual difundiu a informação para a Central Nacional e para as chefias imediatas, o que permitiu intervenção adequada e rápida.

A Educação para o trânsito foi realizada em duas vertentes. A forma tradicional de realizá-la, ou seja, palestras, comandos educativos, distribuição de material informativo, visitas a escolas, empresas, etc.

Na outra vertente, estrategicamente cada abordagem revestiu-se de fator pedagógico e foi encarada como oportunidade de reflexão e mudança de comportamento. Embora haja autuações sem abordagem e com equipamentos de operação autônoma, a prioridade sempre foi a da abordagem, do contato da Instituição com o cidadão, o qual, longe de ser um infrator a ser perseguido, foi encarado como um potencial parceiro na promoção de um trânsito mais seguro.

A chamada Lei Seca foi um importante instrumento a serviço da segurança. Estatisticamente, ao longo dos anos, a embriaguez ao volante não é o maior fator contribuinte para ocorrência dos sinistros em rodovias federais, exceção se faz para os perímetros urbanos. Por outro lado, a grande visibilidade dada pela mídia a essas mudanças, a modalidade de fiscalização ostensiva, o receio de ser apanhado, entre outros, criou um clima favorável para a reflexão em direção a mudança de comportamento. Naturalmente a PRF aproveitou essa excelente oportunidade para maximizar seus resultados.

Não raro, essas abordagens culminaram, também, em ações de combate ao crime, pois delas podem surgir e surgiram desdobramentos vários de prisões, apreensões de armas, drogas, entre outros. Na verdade, o policiamento ostensivo tem o condão de promover segurança em sua plenitude, seja segurança e fluidez do trânsito ou o enfrentamento à criminalidade.

Na verdade, verificou-se que o elemento mais forte de enfrentamento à violência é a fiscalização, pois o crime também circula, tanto pela locomoção de criminosos, quanto pela movimentação de produtos ilícitos.

Apesar dos objetivos institucionais terem sido alcançados há dificuldade estruturais no suporte a atividade fim que não foram resolvidos a contento no exercício relatado e demandará correção em 2013 e exercícios seguintes.

Além desses gargalos, há também uma boa oportunidade de melhoria em alinhar mais o efetivo com a estratégia de atuação, a qual muitas vezes não traz todo o glamour da atividade policial tradicionalmente apresentadas pela TV e pelo cinema: prisões, viaturas em alta velocidade realizando manobras cinematográficas, entre outras.

A PRF tem o DNA preventivo. Embora tenha sido preparada ao longo dos anos para o enfrentamento à criminalidade com ações e táticas especiais, o dia a dia reclama mais ações preventivas que repressivas. A meta está na fiscalização e não na autuação, na prisão e na apreensão. A fiscalização bem feita, respeitosa, como foco definido por levantamentos estatísticos é fundamental para o aparecimento do principal resultado, qual seja: SALVAR VIDAS.

Prisões, apreensões e autuações são consequências da fiscalização devidamente realizada na hora e no lugar adequado. O alinhamento de cada policial, de cada servidor, com essa filosofia foi trabalhada no exercício, mas merece ganhar contorno mais forte nos anos seguintes.

O maior dos gargalos, no entanto, está na força de trabalho muito aquém das demandas. Embora ocorrera o ingresso de novo efetivo no último trimestre, esse ainda é muito aquém das necessidades desta UJ.

2.2 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Esta UJ realizou uma série de Operações e ações no exercício a fim de dar cumprimento ao plano de ação e atingimento das metas estabelecidas, não sendo necessário realizar a revisão dos macroprocessos internos desta unidade.

Variação de acidentes 2011 – 2012 – 16ª SPRF/CE									
Total	Acidentes			Feridos			Mortos		
	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%
	3859	3733	-3,2	2373	2580	8,72	228	235	3,07

Fonte: ROD Online 2012

Variação de acidentes 2011 – 2012(FROTA) – 16ª SPRF/CE					
Acidentes		Feridos		Mortos	
Em números absolutos	Com a variável da frota nacional de veículos	Em números absolutos	Com a variável da frota nacional de veículos	Em números absolutos	Com a variável da frota nacional de veículos
-3,27%	-10,35%	8,72%	0,74%	3,07%	-4,47%

Fonte: ROD Online 2012

2.3 - INDICADORES

APREENSÕES			
Droga	Quantidade	Contrabando/Descaminho	Quantidade
Anfetamina (unid)	96	Medicamentos (unid)	0
Cocaína (Kg)	95,35	Eletrônicos (unid)	0
Maconha (Kg)	650,34	Cigarro (pct)	200
Crack (g)	0	Outros itens (Unid)	41788
Merla (g)	1030		
PRISÕES			
Mandado	81	Crimes de Trânsito	279
Trafico de Drogas	4	Crimes Ambientais	32
Roubo/furto de veículos	8	Estrangeiros	2
Contrabando\descaminho	5	Outros	229
MENOR INFRATOR			
Criança Encaminhada	2	Adolescente apreendido	36
ARMAS E MUNIÇÕES			
Armas	63	Munições	546

Fonte: ROD Online 2012

Serviços de Segurança e Ordenamento – 16ªSRPRF\CE			
Veículos retidos/removidos	3267	Animais recolhidos	1168
Documentos recolhidos	7236	Escolta/batedor	143
CNH recolhidas	981	Auxilio a usuários	2556

Fonte: ROD Online 2012

Entre os Indicadores constantes do Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça, está o de Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais. No Programa Temático 2048 – Mobilidade e Trânsito, tendo como responsável o Ministério das Cidades, existem dois Indicadores quanto ao tema da violência no Trânsito: Índice de vítimas de acidentes de trânsito e Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito.

Programa	Indicador	Unidade de medida	Referência	
			Data	Índice
2070	Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)		31/12/2010	8.623
2048	Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,10
	Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	18,30

Entendemos ser este o principal Indicador, embora não esteja ele sobre a governança da organização. Seu atingimento depende de muitos fatores, pois o aquecimento da economia, crescimento da frota, diminuição da força de trabalho disponível, comportamento do clima, condições das vias, veículos sem itens importantes de segurança (freios ABS, air bag, entre outros) e, principalmente, a decisão pessoal e intransferível do usuário da via (motoristas, pedestres e ciclistas) de cultivar um comportamento adequado.

A Maioria dos Indicadores do Programa 2070 a que a PRF se vincula são os Indicadores de Esforço, com destaque para o número de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas, teste de alcoolemia (com etilômetro) e pessoas alcançadas por ações de Educação para o Trânsito.

No quadro seguinte serão demonstrados esses Indicadores para todo o período do PPA, isto é, 2012 a 2015, quatro anos, portanto. Esses Indicadores de Esforço são nacionais, ou seja, para todas as Unidades da PRF. Cabe a gestão central do órgão distribuí-los de forma equânime para todas elas.

INDICADOR	OBJETIVO	META PARA OS 4 ANOS
Veículos fiscalizados	8825 e 0833	24.000.000
Pessoas fiscalizadas	8825 e 0833	24.000.000
Teste de alcoolemia	0833	6.000.000
Pessoas alcançadas por ações de Educação para trânsito	0833	1.000.000

Fonte: Programa 2070 do PPA 2012-2015, publicado no site do MPOG.

A Instrução de Serviço 004/2011, da Coordenação-Geral de Operações, distribui as metas para esta Regional nos termos do quadro a seguir, o qual também traz o percentual de realização.

INDICADOR	META	REALIZADO*	Percentual de alcance %
Veículos fiscalizados	188.414	175.488	93.13
Pessoas fiscalizadas	188.414	165.414	87.79
Teste de alcoolemia	27.132	19.025	70,12

*Fonte: SPF/16ª SRPRF/CE

Cabem duas observações. A primeira é a de que no período de vigência do PPA 2008-2011 foi construída uma metodologia de coleta dos dados de fiscalização que permitia maior controle. Essa metodologia não foi transportada para o PPA seguinte (2012-2015). Assim, é possível que muitas ações fiscalizadoras realizadas não foram registradas.

Para o exercício 2013 a Regional, apesar de ainda não ter a manifestação do órgão central, já começou com uma metodologia diferenciada a fim de que esses dados sejam efetivamente registrados e demonstre a totalidade do esforço dispendido por todos os colaboradores.

A malha rodoviária nacional é componente estratégico não apenas no desenvolvimento dos programas de Governo, mas também, como meio de circulação da produção nacional, pois representam elo de integração, diminuindo as distâncias entre os diversos pontos do País. Some-se a isto os demais seguimentos da população, que, por conta dos mais variados interesses, fazem uso das rodovias. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça, e que tem como principal função de Governo a segurança pública, devido a sua estrutura organizacional, atuando em todas as unidades da federação, é o contato direto e identificado do Estado com a população. Tem como principal atribuição a realização do policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, o que resulta na promoção da segurança do trânsito, preservando a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Suas competências e atribuições, de aplicação em todas as rodovias e estradas federais, encontram-se positivadas nos normativos:

Constituição Federal de 1988, artigo 144, § 2º:

“A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”
Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo

20: *“Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:*

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito

de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços

de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;”

A PRF atua também, como guardião de nossas fronteiras e divisas, através das rodovias que integram o Brasil e as que o interligam a outros países da América do Sul. Assim, além da própria competência estabelecida nos citados normativos, tem as seguintes atribuições, embora, diga-se de passagem, não é o caso desta regional:

Realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;

Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção e atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

Realizar, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

Credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;

Assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas, executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Neste documento, apresentaremos o Relatório de Gestão da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/CE, no qual evidenciaremos as atividades administrativas e operacionais executadas no exercício de 2012. Demonstraremos ao longo deste, que todas as ações foram pautadas nas metas previstas no Plano Plurianual para o DPRF, no que tange a redução de acidentes e criminalidade, buscando aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais que cruzam o trecho sob circunscrição da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, compreendendo as rodovias federais que estão circunscritas no Estado do Ceará. A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários: Gestão, Planejamento e Controle.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Conforme IN TCU nº 63/2010 a 16ª SRPRF/CE apresenta relatório na forma do artigo 5º, inciso I, ou seja, relatório de gestão individual, composto de acordo com o anexo II da DN nº 108/2010, a saber parte geral “A”, itens 1 a 16 e parte “B”, item 1. A parte “C” e “D” e seus respectivos itens não se aplicam a essa UJ.

O presente relatório está estruturado em observância aos normativos e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União, acima citados, de tal sorte que se encontra dividido em 11 itens, numerados de 1 a 09, para a Parte A, o item 10 para a Parte B, e as conclusões no item 11 seguindo a mesma sequência fixada nos normativos e orientações acima citados. Por sua vez, os itens aplicáveis a esta Unidade e aqueles para os quais não houve ocorrências no período, se desdobram em subitens, nos quais, neste particular, estão descritas as ações e as execuções orçamentárias de créditos originários e recebidos por movimentação.

A seguir estão relacionados os itens da parte geral “A” cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade, antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa 100/2010: Programação Orçamentária das Despesas, Reconhecimento de Passivos, Renúncia Tributária.

Abaixo apresentamos de forma mais pormenorizada os itens que não se aplicavam à nossa Regional, ou que para os quais não houve ocorrências:

1. Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo;
2. Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ;
3. Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias;
4. Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes;
5. Quadro A.2.5 – Programação de Despesas de Capital;
6. Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas;
7. Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa;
8. Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos originários da UJ;
9. Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da UJ;
10. Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da UJ, juntamente com Análise Crítica;
11. Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por insuficiência de Créditos ou Recursos, em conjunto com Análise Crítica;
12. Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência;
13. Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos últimos três exercícios;
14. Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes;
15. Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse;
16. Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das prestações de contas de Convênio e de Contratos de Repasse, com análise crítica;
17. Quadro A.11.2 – Distribuição Especial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros;
18. Renúncias Tributárias;
19. Quadro A.15.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício;
20. Quadro A.15.2 – Situação das deliberações do TCU, que permanecem pendentes de atendimento no exercício;
21. Quadro A.15.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI;

22.Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI, que permanecem pendentes de atendimento no exercício;

3.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido devido a grande quantidade e extensão da malha viária das rodovias federais no estado do Ceará. Some-se a estes fatores a divisão da circunscrição com os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, em menor escala a Paraíba, e o ponto mais grave que é sem dúvida o limite com o Estado de Pernambuco, em virtude da área conhecida como “polígono da maconha”, naquele estado. Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de passageiros e cargas, a exploração sexual infantil, tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, o contrabando, o descaminho, o transporte de materiais contrafeitos, roubos a estabelecimentos, roubos a veículos, dentre outros. Tais ilícitos causam prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram seu agente aplicador, em âmbito federal, na Polícia Rodoviária Federal. O foco de atuação da Polícia Rodoviária Federal está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o atendimento da grave situação da segurança pública nas rodovias federais, é almejada a transmissão da sensação de segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade. Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Desta forma, a atuação de Polícia Rodoviária Federal busca reduzir o número de acidentes em nossas rodovias federais, buscando, assim, a redução de danos quando das ocorrências de acidentes rodoviários.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado, verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O atingimento de seus objetivos ocorre através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito. Desta forma, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade fim, adotando-a dos recursos necessários para tanto, quer seja equipamentos policiais atualizados, instalações físicas, sistemas de comunicação, dentre outros.

3.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

3.2.1. ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO DPRF.

A extrema carência de efetivo desta Unidade, a exemplo do vem ocorrendo em anos anteriores, continua a ser a maior dificuldade para o nível desejado de atuação da Polícia Rodoviária Federal no Ceará e também em todo o País. Todavia, tal carência, não se transforma em obstáculo

intransponível para que busquemos sempre fazer o máximo possível, pautados pela economicidade, legalidade e interesse público, buscando nas parcerias, na criatividade e no engajamento do corpo funcional a superação de tais dificuldades. A carência de efetivo, no entanto, tem reflexo no desempenho das atividades de sua competência, impossibilitando a presença da Polícia Rodoviária Federal de forma ininterrupta ao longo de nossa extensa malha viária, o que contribuiu diretamente para a não efetivação de prevenção de acidentes em extensos trechos de rodovias de nosso Estado. Uma das variáveis soluções para fazer frente à carência de efetivo são as ações desenvolvidas de forma integrada com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de intervenção. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias, bem como a intensificação na fiscalização de embriaguez na condução de veículos.

Com o mesmo objetivo, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal orienta para que haja a participação dos policiais que desempenham atividade meio nos Comandos Específicos e nos Comandos que são realizados quando o volume de tráfego de nossas rodovias se eleva, como por exemplo, em decorrência de datas festivas e feriados prolongados. A Polícia Rodoviária Federal se faz presente nas rodovias todos os dias, inclusive finais de semana e feriados, quando são realizados Comandos Específicos, em todos os municípios onde existam rodovias federais. Destarte a carência de meios, principalmente humanos, a 16ª SRPRF tem um alto grau de especialização de seus policiais, contando com reconhecimento do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e de outras instituições. Reconhecimento este que se traduz no bom número de policiais preparados como instrutores da regional para ministrarem disciplinas nos cursos de formação de policiais rodoviários federais e nos cursos de aperfeiçoamento para o efetivo.

Planejamento estratégico do DPRF e executado por esta unidade jurisdicionada, desenvolvendo em seus aspectos como o planejado pelo departamento. Estabelecendo visão de futuro, metas, objetivos etc, com execução por esta regional.

Avaliação de Desempenho Individual: Reavaliar as metodologias de Avaliação de Desempenho Individual, definir procedimentos e diretrizes nacionais e implantar uma ferramenta única e bem estruturada.

Participar de elaboração de propostas para reestruturação da carreira do PRF e do Plano Especial de Cargos (servidores administrativos), onde estarão reguladas as condições de progressão funcional, distribuição e lotação, entre outros.

Participação na revisão da proposta de Lei Orgânica da PRF, por meio de um esforço conjunto Administração-Efetivo e encaminhar para análise.

Nova matriz de policiamento: Desenvolver estudo sobre modernização do modelo de atuação e distribuição da PRF.

Gestão Administrativa (SIPAC/SIGRH): Por meio de um Acordo de Cooperação entre o DPRF, DPF, MJ e UFRN, o projeto visa promover o desenvolvimento da ferramenta SIPAC, hoje em utilização na UFRN, por meio da análise crítica das funcionalidades por parte das instituições cooperadas. O acordo prevê total transferência de tecnologia referente ao sistema, incluindo a capacitação dos analistas das instituições cooperadas e a entrega do código fonte da ferramenta, permitindo que ao final do período de cooperação cada instituição tenha condições de ser mantenedora e desenvolvedora da ferramenta.

PRF na rede: Desenvolver e implantar um modelo dinâmico e integrado de utilização da Internet/intranet e mídias sociais, a fim de aprimorar a comunicação com a sociedade e com o público interno.

Reengenharia do sistema de multas: Desenvolver estudo para modernização de toda a sistemática de multas da PRF.

Cidadania para o Trânsito: Estruturar e ampliar as ações de educação para o trânsito.

Gestão por competências: Efetuar um estudo sobre as competências (conhecimento, habilidades e atitudes) da PRF, com o intuito de orientar/direcionar o desenvolvimento de pessoal.

Fortalecimento da Estrutura de Ensino: Implantar toda a estrutura necessária ao funcionamento da Academia e dos Centros de Treinamentos Regionais, colocando-os em condições de atender toda a demanda de capacitação do DPRF, inclusive com preparação do corpo de ensino e pesquisa.

RODOVIDA: Ampliar o Serviço Médico para atendimento das demandas oriundas do impacto da realização de grandes eventos, inclusive a realização da COPA 2014, possibilitando um atendimento pré-hospitalar de remoção aeromédica e terrestre com UTI, que garanta a rápida assistência de saúde dos vitimados, levando-os para uma rede hospitalar de urgências hierarquizadas e de qualidade que possibilite a diminuição de sequelas pós-tratamento e o aumento no índice de sobrevivência dos vitimados, diminuindo assim os custos do Estado.

Apoio ao Condutor e Turista: Adequar as Unidades Operacionais do DPRF, com a implantação de áreas de estacionamento, apoio, informações turísticas e de utilidade pública, por intermédio de convênios e acordos de cooperação com demais órgãos e agências com atuação direta no pronto atendimento às necessidades dos cidadãos e turistas usuários das rodovias federais.

Policciamento Especializado: Planejar o preparo e emprego das equipes de patrulhamento tático, força de choque, pronto emprego multimissão, motociclismo policial, ações táticas, policiamento aéreo e policiamento cinotécnico, para atuação nos grandes eventos, especialmente nas regiões metropolitanas e nas divisas dos Estados.

PROSSERV: Desenvolver a estrutura e metodologia de valorização e garantia da saúde dos servidores do DPRF, inclusive durante os grandes eventos, que viabilizarão acompanhamento e suporte biopsicossocial aos policiais e equipes.

Escolta nos Grandes Eventos: Garantir uma padronização e visibilidade única de procedimentos de segurança, de equipamentos e de doutrina policial a ser empregada na proteção aos deslocamentos de delegações de atletas, árbitros e autoridades. Garantindo que, em qualquer região, onde os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 se realizem, a qualidade, eficiência e excelência do serviço prestado pela PRF seja o grande diferencial de confiança e credibilidade.

Adequação Logística nos GE: Desenvolver e implantar modelo de gerenciamento, controle e distribuição logística, inclusive por ocasião das demandas geradas da atuação da PRF em grandes eventos.

SILVER nacional: Implantar sistema de controle de veículos recolhidos aos pátios da regional.

Monitoramento de Rodovia: Contribuir para a consolidação do esforço da ONU, que intitulou a década 2011-20 como a década da segurança no trânsito, propiciando o cumprimento das metas de reduzir 50% o número de vítimas previsto em 2020.

Alerta Brasil: Controlar o tráfego de veículos, permitir a rápida identificação de irregularidades a partir do confronto de dados em tempo real, o que resultará em uma reação mais rápida e efetiva da PRF no combate a irregularidades, sejam elas de administrativa ou criminal.

Projeto Unificado e Integrado de Telecomunicações: Desenvolvimento institucional aprimorado com disponibilidade de informações de uso dos recursos operacionais e administrativos,

redução dos custos correntes de operação com uso de ferramentas adequadas de comunicação e serviços de valor adicionado (mensagens de texto, comunicação telefônica, conectividade de dados móvel).

Comando e Controle: Criar uma rede integrada de Comando e Controle em nível nacional voltada para a gestão integrada de operações de segurança pública e resposta a incidentes e crises. Com equipes capacitadas a operar ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos de gestão de informações em tempo real. O projeto deverá contemplar também o estabelecimento de processos internos (inclusive no serviço 191), além dos sistemas e equipamentos necessários ao seu funcionamento (parte diária eletrônica, monitoramento de viaturas, informatização das viaturas e BOP eletrônico).

Inteligência PRF: Melhorar o processo de produção de conhecimento, com intuito de subsidiar a equipe de operações policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos de Segurança Pública.

Scanners: Adquirir equipamentos capazes de escanear o interior de veículos, detectando a existência de entorpecentes, sem a necessidade de realização de abordagem prévia.

3.2.2. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO DA 16ª SRPRF REFERENTE AO EXERCÍCIO 2012.

Inicialmente, cumpre-nos informar que entendemos que o “nível estratégico” da instituição Departamento de Polícia Rodoviária Federal está na sua alta administração, ou seja, nas figuras do Diretor-Geral e dos Coordenadores-Gerais. Portanto, a Unidade Jurisdicionada 16ªSRPRF/CE não tem um planejamento estratégico autônomo, agindo nos níveis táticos e operacionais, conforme determinações estratégicas traçadas pela Direção-Geral do DPRF.

As prioridades e metas relativas à atividade operacional da 16ª SRPRF/CE, por intermédio da Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF, foram desenvolvidas, considerando as premissas institucionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ.

As premissas do DPRF/MJ especificadas nas consequentes Ordens de Serviço emanadas do DPRF, referiram-se à Missão, Visão e Valores do DPRF/MJ, a serem observados ao longo do desempenho das atividades inerentes. Tais premissas são as seguintes:

Missão: *Preservar a vida, o meio ambiente, a ordem pública e o patrimônio, exercendo papéis proeminentes na promoção da cidadania, dos direitos humanos, dos valores democráticos, da integração nacional e na mobilidade das pessoas e bens.*

Visão: *Ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição de alta credibilidade, efetividade e competência na prevenção de acidentes de trânsito e de crimes, em articulação com a sociedade, na promoção dos direitos humanos, da cidadania e dos valores democráticos.*

Valores: *Honestidade, Transparência, Coragem, Firmeza, Lealdade, Liderança, Solidariedade, Ética, Responsabilidade, Equidade, Cidadania e Compromisso.*

Os objetivos traçados para o exercício 2012, no cunho operacional, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, visaram ao alcance de metas estabelecidas para a Regional, com foco precípua na prevenção de acidentes e criminalidade, visando à redução das taxas de acidentalidade e mortalidade, bem como ao aumento da percepção de segurança nas estradas e rodovias federais na área sob circunscrição desta Regional, dentro das nossas limitações de policiamento, em virtude do diminuto efetivo policial existente.

Para tanto, buscou-se, inclusive, melhorar a capacitação do efetivo policial, no que se refere ao conhecimento da legislação de fiscalização rodoviária, ao enfrentamento de delitos na

circunscrição da PRF, no trato com todos os usuários das rodovias e estradas federais e nos procedimentos adotados pelo DPRF.

O planejamento das ações foi subdividido conforme especificações abaixo:

Fiscalizações rotineiras: Operacionalizadas pelos policiais escalados para os plantões normais, sem apoio de efetivo extra, divididas em rondas e fiscalizações estáticas, realizadas diariamente; sendo as fiscalizações estáticas visando prioritariamente as condições veiculares, e as rondas nos horários de maior circulação rodoviária nos três turnos, visando prioritariamente, coibir as infrações de circulação e conduta, além de repressão ao crime. Nestas fiscalizações, oportuniza-se o planejamento para a realização das operações de apoio ou em conjunto com outros órgãos.

O trabalho diário tem como foco o fator da segurança de trânsito e o combate aos ilícitos, por meio de abordagens a pessoas e veículos, permeadas de tratamento cortês, postura e apresentação individual adequada, clareza e firmeza nas orientações e pelos preceitos éticos do Serviço Público.

Fiscalizações de alcoolemia: Operacionalizadas, obrigatoriamente, de forma rotineira e sistemática, através de exame com etilômetros nos condutores envolvidos em acidentes, em especial os com lesões, e em todos condutores suspeitos de estarem sob efeito de álcool, bem como em pontos próximos a locais de eventos propícios ao consumo de bebidas alcoólicas, assim buscando inibir o consumo de álcool posterior condução de veículos por condutores em condição irregular nas vias de tráfego.

Fiscalizações de transporte coletivo de passageiros: Operacionalizadas em pontos estratégicos de tráfego de transportes intermunicipal e interestadual, mediante ações de fiscalização ao transporte coletivo de passageiros, objetivando coibir irregularidades referentes a equipamentos obrigatórios, cintos de segurança, da habilitação e regularidade das empresas e autônomos que realizam o transporte, e da habilitação dos condutores, entre outros, em especial no transporte interestadual de passageiros, para dar cumprimento ao Convênio nº 004/2006, firmado entre o DPRF/MJ e a ANTT. Incluindo nesta fiscalização, estão ações de combate ao crime, ao trânsito de menores em situação irregular, consultas nos Sistemas Corporativos disponíveis, a exemplo o INFOSEG, aos ocupantes destes veículos, e sempre que possível com verificação de bagagens.

Fiscalizações de transporte de cargas: Operacionalizadas nos pontos de acesso à capital federal, mediante ações de fiscalização ao transporte rodoviário de carga, com o objetivo de coibir a entrada de mercadorias, bens, produtos animais e florestais irregulares, ilícitos, bem como cobrar efetivamente o cumprimento à legislação de produtos perigosos, adequando essas movimentações ao contido na legislação da ANTT e no Convênio nº 004/2006 já citado.

Operações e Comandos: As Operações, atividades diferenciadas, planejadas pela Direção Geral do DPRF/MJ, através da Coordenação Geral de Operações ou do Distrito Regional, podem ser dos seguintes tipos: Operações Especiais, Eventuais, Integradas de Segurança Pública, Conjunta com outro Órgão, Nacional, de Férias e Feriados Nacionais.

As Operações Regionais, caracterizadas pelas festividades e eventos regionais realizadas conforme demandas esperadas e eventualmente surgidas. Os Comandos, atividades de fiscalização, com efetivo diferenciado, são realizados com vistas ao cumprimento das normas de trânsito e transporte, além da repressão ao crime de forma geral.

Durante as Operações Férias, Feriados Nacionais e Operações Regionais, a previsão de prioridade às atividades de fiscalização e as voltadas à prevenção de acidentes de trânsito e redução de danos, visando à normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

3.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO DA UNIDADE

No exercício da atividade correicional pela Corregedoria-Geral e Corregedorias Regionais do DPRF, durante o ano de 2012, observaram-se os seguintes resultados:

Estrutura da Corregedoria-Geral – CG:

Corregedoria-Geral - CG
Divisão de Corregedoria - DICOR
Núcleo de Análise Processual - NUAPRO
Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos -DFAI
Núcleo de Operações Correicionais - NUOC
Divisão de Gestão Correicional - DIGES
Núcleo Cartorial - NUCAR

As competências da Corregedoria-Geral conforme PORTARIA N o 1.375, DE 2 DE AGOSTO DE 2007, que aprova o Regimento Interno do DPRF.

Art. 10. À Corregedoria-Geral compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Departamento, assim como dos procedimentos relativos à correição e à disciplina, propondo a adoção de medidas corretivas;

II - cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente, bem como acompanhar e avaliar os trabalhos das Unidades Regionais na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;

III - analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares a serem remetidos à área competente do Ministério da Justiça;

IV - planejar, supervisionar, controlar, executar e avaliar investigações e diligências necessárias à instauração ou instrução de procedimentos disciplinares, bem como os planos e programas de inspeção e demais atividades correicionais;

V - manter articulação com a área correspondente das Unidades Desconcentradas, com a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, com o Ministério Público e demais órgãos e entidades;

VI - analisar questões disciplinares, requisitando servidores, informações, processos e documentação pertinente; e

VII - promover a proteção de servidores em atividades pertinentes à área correicional.

Art. 11. À Divisão de Corregedoria compete:

I - analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares, solicitando, quando necessário, às demais unidades, processos, informações e documentos, originais ou cópias, para apreciação;

II - sugerir os atos de autuação, juntada, desentranhamento, apensamento, desapensamento e regularização da numeração de autuações;

III - propor a instauração de procedimentos administrativos disciplinares;

IV - orientar as Unidades Desconcentradas e as comissões disciplinares na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;

V - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres dos assuntos de interesse da área;

VI - planejar, supervisionar, controlar, executar e avaliar a execução de planos de correições periódicas;

VII - propor a elaboração de instruções e manuais de procedimentos disciplinares;

VIII - elaborar minutas de portarias, na sua área de atuação; e

IX - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Corregedoria-Geral.

Art. 12. Ao Núcleo de Análise Processual compete:

I - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

II - formalizar minutas de atos administrativos disciplinares de competência da Corregedoria-Geral; e

III - auxiliar no planejamento, supervisão, controle, execução e na avaliação das demais atividades afetas à Divisão de Corregedoria.

Art. 13. À Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos compete:

I - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeções sistemáticas;

II - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, visando prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo;

III - promover recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

IV - receber e encaminhar manifestações e sugestões, bem como denúncias e representações sobre irregularidades praticadas por servidores do Departamento;

V - promover investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares;

VI - supervisionar as atividades de investigação correcional das Unidades Desconcentradas;

VII - sugerir os atos de autuação, juntada, desentranhamento, apensamento, desapensamento e regularização da numeração de autuações; e

VIII - dar cumprimento às cartas precatórias.

Art. 14. Ao Núcleo de Operações Correcionais compete:

I - executar inspeções, investigações preliminares e diligências determinadas pelo Corregedor-Geral;

II - cumprir mandados de intimação, notificação e citação expedidos por autoridade competente; e

III - auxiliar na execução das demais atribuições da Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos.

Art. 15. À Divisão de Gestão Correcional compete:

I - planejar, organizar, promover e gerenciar os recursos consignados à Corregedoria-Geral na execução das atividades administrativas, como também elaborar demonstrativos das demandas de recursos para o desempenho das atividades da Corregedoria-Geral;

II - proporcionar apoio logístico à Corregedoria-Geral e às comissões por ela designadas;

III - auxiliar o Corregedor-Geral no desempenho e planejamento das atividades correcionais;

IV - cumprir os atos de autuação, juntada, desentranhamento, apensamento, desapensamento e regularização da numeração de autuações;

V - manter atualizado os relatórios correcionais da Corregedoria-Geral, bem como o registro de penalidades aplicadas aos servidores, orientando e supervisionando tais atividades nas Unidades Desconcentradas;

VI - expedir certidões, atestados e outros documentos relativos a assuntos específicos de sua área de atuação, bem como prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes às questões correcionais;

VII - realizar levantamento de dados estatísticos de interesse da área correcional, bem como elaborar relatórios de gestão;

VIII - promover a supervisão administrativa das comissões designadas pelo Corregedor-Geral, assim como propor programas e projetos de capacitação referentes à área correcional; e

IX - organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores do Departamento.

Art. 16. Ao Núcleo Cartorial compete:

I - enviar, receber, registrar e controlar documentos e autuações disciplinares afetas à Corregedoria-Geral;

III - manter o arquivo de correspondências oficiais da Corregedoria-Geral; e

IV - auxiliar na execução das demais atribuições da Divisão de Gestão Correcional.

3.5 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES DO CGU-PAD PELA UNIDADE CONFORME PORTARIA Nº 1.043 DE 24 DE JULHO DE 2007.

Todos os processos administrativos disciplinares são cadastrados no CGU-PAD conforme especificado na legislação em vigor atentando para os prazos do Art.4º e 5º da Portaria 1.043 de 24 de julho de 2007.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE CORREIÇÃO – 16ºSRPRF\CE

PROCEDIMENTOS INSTAURADOS – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	55	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	55	CR/16^a
CITAÇÃO/INDICIAMENTO – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	16	CR/16 ^a

Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	-	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	-	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	16	CR/16^a
PROCEDIMENTOS JULGADOS – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	53	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	-	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	-	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	53	CR/16^a
PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	1	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	-	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	-	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	1	CR/16^a
PROCEDIMENTOS ANULADOS JUDICIALMENTE – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	1	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	1	CR/16^a
PROCEDIMENTOS DE REVISÃO – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	0	CR/16^a
PROCEDIMENTOS EM RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	3	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	-	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	-	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	3	CR/16^a
PROCEDIMENTOS EM DECISÃO RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	0	CR/16^a
PROCEDIMENTOS EM AVOCAÇÃO/REQUISICÃO PELA CGU – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	0	CR/16^a
PROCEDIMENTOS EM DECISÃO REVISÃO DO PROCESSO – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	0	CR/16^a
RESULTADO DE JULGAMENTOS – 2012	Quantidade	Fonte
Advertências:	1	Estatísticas CG
Suspensões:	10	Estatísticas CG
Demissões:	6	Estatísticas CG

Cassações de Aposentadorias:	1	Estatísticas CG
Notas de Culpa	0	Estatísticas CG
Absoluções:	42	Estatísticas CG
NÚMEROS DIVERSOS – 2012	Quantidade	Fonte
Processos Pendentes:	18	Estatísticas CG
Operações da Corregedoria:	34	Estatísticas CG
Prisões de Servidores:	-	Estatísticas CG
Orçamento:	105.680,27	Estatísticas CG

4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.4.1 – Programa de Governo Constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2070			
Título	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012			a) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	f) fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		4.994.975,47		
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a+b)				
d) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
4.994.975,47	2.557.357,38	25.521,48	2.437.618,09	2.531.835,90
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição		Órgão ou Unidade Responsável pelo Gerenciamento	
	Prover a 16ª SRPRF de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo.		16ª SRPRF	

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	0663			
Título	SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS			
Órgão Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012			a) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	f) fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		302.680,65		
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a+b)				

d) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
302.680,65	302.680,65	-	-	302.680,65
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição		Órgão ou Unidade Responsável pelo Gerenciamento	
0663	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução de acidentes de trânsito.		16ª SRPRF	

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2112				
Título		PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MJ				
Órgão Responsável		Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		3.189.367,32	2.879.759,83	51.188,89	309.607,49	2.828.570,94

O único ato de planejamento da proposta orçamentária que esta UJ realiza é o envio anual à Divisão de Planejamento do DPRF de planilha com as principais demandas da UJ para o exercício subsequente.

4.2. GESTÃO DE AÇÕES POR PROGRAMA

4.2.1. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

4.2.1.1 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

- 1386

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Prover a 16ª SRPRF/CE de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Publico Alvo	16ª SPRF/CE e usuários de Rodovias Federais

Valor Descentralizado: **R\$ 1.052.944,90**

Principais Ações do Programa:

8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Ação 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e

	informações sobre rodovias, multas, e
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ 1.025.133,70**

Principais Resultados

Essa área é responsável por todas as ações que se referem à especificação, testes, configuração, validação e homologação de qualquer equipamento ou tecnologia necessária ao bom funcionamento dos serviços nas áreas de informática e telecomunicações, também respondendo pelo suporte técnico aos usuários de informática e telecomunicações (telefonia e rádio), cuidando das manutenções corretivas dos equipamentos e auxiliando na instalação e utilização dos programas e sistemas.

A Regional possui uma Rede Espelho do DPRF, a qual além de dar suporte aos Estados do norte e nordeste, possibilita que em caso de pane na Rede Central ela a substitua.

Devido à alta carga de atribuições tem-se buscado uma melhoria no gerenciamento nos recursos sob a responsabilidade da área.

No ano de 2012 foram executadas várias atividades, tais como:

- a) Substituição de peças, reinstalação e configuração de estações de trabalho e servidores, reinstalação e configuração de sistema operacional e demais aplicativos de trabalho;
- b) Suporte aos usuários da sede e postos;
- c) Manutenção nas unidades operacionais;
- d) Planejamento de ação para implementação processo para contratação de empresa para prestação de serviços de “outsourcing” de impressão, contemplando os postos e a sede. Esperamos que tal Pregão Eletrônico seja finalizado em meados de 2012.
- e) Aquisição de computadores para todas as unidades operacionais

Para 2013, a área de telemática pretende:

- a) Implementar telefonia fixa com controle digital
- b) Implementar software de gerenciamento, buscando uma melhor gestão da rede sob responsabilidade da área de telemática, permitindo ainda agir proativamente, antes da percepção dos usuários finais.
- c) Realizar melhorias no sistema de radio comunicação utilizado pela regional.
- d) Melhorar link de dados para as unidades operacionais
- e) Melhorar a fiscalização dos contratos, buscando redução de gastos.
- f) Instalar link redundante para a sede da regional buscando uma melhoria na disponibilidade.
- g) Interligar a rede de dados da área de inteligência com a sede da UJ.

Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura

Valor Descentralizado: **R\$ 197.482,59**

Ação 200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da PRF

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de exercer, efetivamente o poder de polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura

Valor Descentralizado: **R\$ 1.988.204,50**

4.2.1.2. SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS - PROGRAMA 0663

Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações

Valor Descentralizado: **R\$ 2.131.860,13**

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

- 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
- 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas
- 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
- 2BII Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
- 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
- 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
- 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- 4641 Publicidade de Utilidade Pública
- 86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal
- 8692 Educação de Trânsito para Usuários

Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar e qualificar o quadro de servidores da Polícia Rodoviária Federal, habilitando-os ao desempenho de suas funções. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxas de inscrição, taxas de inscrição em cursos, aquisição, de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do Policial Rodoviário Federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, do Decreto nº 1655, da Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei nº 10.201/2001). Implementação e execução do ensino a distancia, com os insumos necessário a possibilitar a realização de cursos de formação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino

Valor descentralizado: **R\$ 188.723,46**

PRINCIPAIS RESULTADOS

A capacitação profissional não só dá condições para o exercício pleno das categorias profissionais, visto que o quadro de pessoal do DPRF compõe-se de Policiais Rodoviários Federais e de servidores pertencentes ao PECPRF, objetiva preparar o indivíduo para o melhor desempenho do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao meio em que desempenhará suas atribuições, uma vez que os servidores deverão estar pronto, com postura, hábitos e atitudes condizentes às exigências desse universo de atuação, especialmente as rodovias federais.

Nas atividades de capacitação profissional objetiva-se que os servidores preparem-se tanto para as atividades operacionais, como também para as atividades auxiliares, oferecendo-lhes as possibilidades e alternativas de desempenho de suas atribuições por meio de opções de atividades que correspondam à demanda atualizada pela Instituição.

No processo de capacitação profissional é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente a profissão de policial, o servidor será estimulado a exercitar suas competências individuais, sua capacidade de tomar decisões, bem como o seu processo de desenvolvimento no trabalho e fortalecimento da organização.

A 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, junto com a Coordenação de Ensino busca permanentemente, promover a formação humana e profissional dos servidores desta Superintendência Regional, para a atuação responsável e segura na sociedade, buscando assegurar ensino de qualidade com bases científicas, interdisciplinaridade e visão atualizada, domínio e aplicação de tecnologias educacionais, formas participativas e práticas inovadoras de ensino e aprendizagem.

Deste modo buscando implementar o *conhecimento, que é saber fazer e compreender porque fazê-lo*, desenvolvendo *habilidades, que refere-se ao saber como fazer* e buscando uma mudança de atitude dos servidores, *atitude que refere-se ao querer fazer*.

Foram realizados os seguintes cursos (2012):

Nome do Evento	Carga Horária	Período	PRFs Participantes
PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO POLICIAL - Módulo I – Abordagem	-	16/02 a 09/03/12	108
Módulo II – Tiro	-	16/02 a 09/03/12	135
Módulo III – Policiamento	-	16/02 a 09/03/12	33
Módulo IV – Acidentes	-	16/02 a 09/03/12	78
Módulo Taser	-	16/02 a 09/03/12	51
Módulo Espargidor de pimenta	-	16/02 a 09/03/12	75
Curso de Análise de Produção de Conhecimento	-	04/12/12	02
Treinamento em SCDP e TCA	-	07 a 09/05/12	08
Curso de Formação de Gestores e Desenvolvimento de Processos - CFGDP	-	19 a 30/03/12	03
Curso de Policial Motociclista e Batedor – 3ª Turma	-	06/05 a 02/06/12	02
Curso de Informação de Instrutores	-	15/04 a 05/05/12	09

Curso de Técnicas Policiais de Fiscalização de Transportes – TPFT	--	01 a 19/05/12	02
Curso de Operações de Controle de Distúrbios - COCD	-	27/05 a 10/06/12	02
Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC	-	27 a 14/06/12	02
Estágio de Segurança de Autoridades	-	06 a 10/08/12	02
Treinamento de sistema de Integração de Banco de Dados	-	09 a 22/09/12	02
Programa de Atualização Policial – MÓDULO: Identificação Veicular	-	16/02 a 09/03/12	81
Curso Prático de Licitação, Contratos de Obras e Serviço de Engenharia	16 h/a	06 a 07/12/12	02
Curso de Protection of National Leadership Management	-	07 a 11/05/12	01
Curso A Gerência e seus Desafios	-	26 a 30/11/12	02
Workshop e seus Desafios	24 h	27 a 29/06/12	01
Curso Mapeamento de Competências	-	07 a 08/09/12 e 10 a 14/12/12	02
Workshop de Direitos Humanos	24 h	27 a 29/06/12	01
Curso RJU (Lei 8.112/90)	40 h	-	03
Curso Subsistema de Contas a Pagar e a Receber – Novo CPR	-	23 e 24/04/12	04
Semana Orçamentária e Financeira	-	25 a 29/06/12	01
Curso Pregão Eletônico	24 h	06 a 08/11/12	02
Curso Licitações e Contratos	-	21 a 25/05/12	11
Curso Depreciação e Outros Aspectos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	-		01

Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir

	e manter armas e munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários à atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ 1.873.033,00**

Principais Resultados:

A 16ª Superintendência possui sob sua circunscrição 1.740 quilômetros de malha viária divididos em 4 rodovias, em uma região de grande complexidade tanto nas questões de trânsito quanto nas questões criminais. Fortaleza como atrativo centro turístico na região nordeste, junto ao crescimento desordenado ao longo das rodovias federais na região do entorno da cidade exige uma resposta apropriada por parte da PRF tanto no patrulhamento das rodovias quanto nas demais ações de combate ao crime. A Seção de Policiamento e Fiscalização é responsável pela estrutura operacional da 16ª Superintendência na qual estão indiretamente subordinados 15 (quinze) postos, na parte administrativa possui o Núcleo de Multas e Penalidades, Núcleo de Acidente, respondendo pela parte de Estatística, a Comissão de Análise de Defesa da Autuação. A regional conta ainda com o serviço do Núcleo de Operações Especiais-NOE que realiza diversas operações pontuais em conjunto com o Grupo de Operações com Cães-GOC. O fato do estado do Ceará ser altamente permeado por rodovias federais, torna o leque de atuação da regional bastante extenso, indo desde o atendimento a usuários das rodovias à repressão dos diversos crimes, fazendo com que o policial tenha inúmeras atribuições no seu dia a dia.

Quanto às metas de taxa de variação de acidentes e taxa de mortalidade o fato primordial que influencia nestas metas nos trechos sob nossa circunscrição é o alto crescimento demográfico da Região Metropolitana de Fortaleza, que apresenta crescimento muito alto, um dos maiores, senão o maior do nordeste, no entanto de maneira desordenada na maioria das vezes, fato que culmina com o crescimento acelerado da frota veicular na região, segundo dados estatísticos a frota veicular na região cresce cerca de 10% ao ano, superior a média nacional, fato que resulta em um enorme fluxo de veículos nos horários de pico, principalmente, saturando as principais vias de acesso a Fortaleza, que ao adentrar mais amiúde na área urbana tem seu tráfego estrangulado por vias aquém da capacidade de receber o fluxo oriundo das rodovias federais.

Outro fator importante, as principais rodovias federais que cortam o Estado carecem de urgentes reparos e/ ou obras. Aliado a essas circunstâncias, os trechos citados (Região Metropolitana), são as principais vias de escoamento e transporte de passageiros no Estado, são em sua esmagadora maioria, urbanos, onde há intenso fluxo de veículo durante todo o dia, conforme estatística elaborada pela regional, pode-se concluir que a grande maioria dos acidentes de trânsito ocorreu nesses trechos urbanos. Todos os órgãos competentes para manter e sinalizar adequadamente essas rodovias e seus acessos já foram devidamente oficiados e informados da precariedade da sinalização e o estado bastante precário de nossas vias.

Diante o exposto e devido o baixo efetivo da 16ª SRPRF foi necessário otimizar os recursos humanos, realizando levantamento estatísticos, monitorando pontos críticos de acidente para elaboração do cartão programa dos postos.

O planejamento operacional 2011 do DPRF previu a redução da taxa de acidente para 52,724 e a taxa de mortalidade para 4,262. A 16ª SRPRF/CE não atingiu, por uma pequena diferença a Taxa de Acidentes, embora os números absolutos tenham ficado próximos aos de 2010. Destaca-se a expressiva redução da Taxa de Mortalidade, inclusive com redução na quantidade de vítimas fatais quando comparado com o ano de 2010.

ACIDENTES DE TRÂNSITO

INDICE DE ACIDENTES	2010	2011	2012
Total Acidentes	3.779	3.817	3751
Frota Nacional	64.817.974	70.965.139	76.137.191
Acidente/1.000.000 veículos	56,96	54,53	49,27
Varição do Índice	15,96%	-4,26	-9,65%
Mortos	276	227	239
Mortos/1.000.000 veículos	4,042	3,243	3,14
Varição do Índice	70,11%	-19,76	-3,20%
Feridos	2.593	2.644	2387
Feridos/1.000.000 veículos	40,00	-	31,35

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

TIPO	Quantidade em 2010	Quantidade em 2011	Quantidade em 2012
AI's	68.081	70.222	57.941
Veículos Retidos	2.661	2.064	3.267
CNH Recolhidas	802	732	981
CRLV's Retidos	7.147	7.401	7.236

INFRAÇÕES E ALCOOLEMIA

PERÍODO	Quantidade em 2011	Quantidade em 2012
AUTUAÇÕES	59.622	57.936
ALCOOLEMIA	81	661
PRISÕES	*	233
TESTES	*	19.025

APREENSÕES

Item	Unidade de medida	2010	2011	2012
Pessoas Detidas	Unidade	853	686	640
Maconha	Gramas	42	432.477	650.349
Cocaína	Gramas	50.125	36.462	95.352
Crack	Gramas	100	500	0

CD/DVD's	Unidade	52.400	32.662	10.500
Cigarro	Pacote	200	-	200
Informática	Unidade	535	-	0
Eletrônicos	Unidade	15	-	0
Medicamentos	Unidade	1.920	4.579	0
Armas de fogo	Unidade	48	31	60
Munições	Unidade	911	283	546
Veículos Recuperados	Unidade	112	70	99
Combustível	Litros	*	3.885	1.800
Animais Silvestres	Unidade	*	357	177
Madeira	Metro cúbico	*	19.964	1.389
Carga recuperada Alimentos	Quilos	*	*	25.000

FONTE: Se.PF/16ªSPRF/CE.

*Não apurado

FORÇA-TRABALHO

SUBUNIDADE	1ª DELEGACIA	2ª DELEGACIA	3ª DELEGACIA	4ª DELEGACIA	5ª DELEGACIA	SEÇÃO PF
EFETIVO DE POLICIAIS	109	49	48	55	60	6
ADMINISTRATIVOS	-	-	-	1	-	-
TERCEIRIZADOS	4	4	4	4	4	1
FROTA DE VEÍCULOS	10	10	10	11	11	2
TIPO DE ATIVIDADE	FIM	FIM	FIM	FIM	FIM	MEIO
SUBUNIDADES	NMP	NURAM	CIOP	NOE	GOC	CMR
EFETIVO DE POLICIAIS	7	2	3	12	3	5
ADMINISTRATIVOS	4	-	-	-	-	-
TERCEIRIZADOS	4	-	-	-	2	-
FROTA DE VEÍCULOS	-	-	-	3	2	27
ATIVIDADE	MEIO	MEIO	MEIO	FIM	FIM	FIM

PRINCIPAIS AÇÕES OPERACIONAIS DESENVOLVIDAS

Operações Nacionais: Operações dos feriados nacionais visando a normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

Operações de Comandos Específicos: Operações pontuais visando auxiliar no cumprimento das metas.

Comandos Educativos: Operação específica de cunho educativo, com entrega de folhetos, recomendações aos motoristas entre outras ações.

Comando de Saúde: Operação com o intuito de monitorar a saúde dos motoristas profissionais.

Operação Imprensa: Operação com forte apelo para mídia que potencializa a conscientização do trânsito seguro. Operações com temas específicos como transitar pelo acostamento, cinto de segurança do passageiro do banco traseiro, cinto de segurança nos ônibus interestaduais, motociclistas, equipamentos de segurança, transporte escolar, entre outros que fizeram parte do nosso planejamento de ações em 2012.

Operações Especiais: Operação NOE – Operações planejadas em conjunto com o chefe do NOE e adjunto dos postos visando o combate ao crime.

Operações Temáticas: Operação temática de fiscalização de peso e fiscalização de transporte interestadual de passageiros e de carga (ANTT).

Ação 2816 – Serviço De Inteligência Da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência

Valor Descentralizado: **R\$ 44.188,41**

Durante o ano de 2012 foi destinado à atividade de Inteligência desta Superintendência o montante acima especificado para atender à área finalística daquele Núcleo, cumprindo ressaltar que em sua maioria o orçamento, mais especificamente, R\$ 44.188,41, foi descentralizado para cobrir despesa com deslocamento de equipes para realizar tarefas de inteligência, seja na área de planejamento, seja na área finalística propriamente dita.

Ao todo foram executados R\$ 44.188,41, ou seja, 100% do orçamento disponibilizado, sendo executado na totalidade, ressaltando que este valor apesar de aquém das necessidades do setor, foi de certa forma um pouco melhor já que foi bem mais substancial que o disponibilizado no exercício anterior.

Ação 4290 – Atividade de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	A Saúde do Servidor é uma das áreas da Saúde Pública, cujos objetivos primordiais são a promoção e a proteção da saúde do trabalhador, por meio do desenvolvimento de ações de vigilância dos riscos e agravos à saúde, compreendendo a organização do ambiente laboral e os múltiplos fatores, independentemente de suas origens, que alteram o seu bem estar físico, mental e social.

Descrição	Atendimento de assistência à saúde dos servidores, promovendo a melhora da qualidade de vida e dos relacionamentos interpessoais da comunidade funcional, diminuindo o absenteísmo, e aumentando a produtividade, atenuando os desgastes físicos e os sofrimentos psíquicos inerentes à profissão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Unidade executora	16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/CE

Valor Descentralizado: **R\$ 3.363,00**

Principais Resultados:

O PROSSERV assistiu 94 (noventa e quatro) servidores realizando exames médicos e paramédicos tais como: avaliação clínica, exame oftalmológico, glicemia, triglicerídeos, colesterol total e outros.

Ação 86ª1 – Processamento, Remuneração Dos Detrans e Arrecadação de Multas Aplicadas pela PRF

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRAN. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **ND**

Principais Resultados:

No que concerne aos processos relacionados à lei 9.503/97, foram instruídos processos, entre recurso de multas, emissão de boleto, notificação pessoal e transferência de responsabilidade.

Foram abertos processos de autuações oriundas do Convênio ANNT/PRF (passageiros/carga), que, por excesso de trabalho e/ou falta de servidor, não foram cadastrados na sua totalidade. A fiscalização de produtos perigosos gerou a autuação de um número considerável de processos.

A falta de disponibilidade orçamentária para envio das notificações, na ação correspondente, no segundo semestre, gerou um grande transtorno aos usuários, bem como ao

Núcleo, ficando a cargo do mesmo o trabalho de notificação. Esta dificuldade foi superada na segunda quinzena de dezembro, com o recebimento de crédito orçamentário extra.

A arrecadação dos valores referentes às multas aplicadas está assegurada, quando da emissão do certificado de licenciamento anual, pelo repasse das informações ao DETRAN, através do sistema RENAINF, coordenado pelo DENATRAN.

A comissão de análise de defesa da autuação teve um aumento expressivo do volume de processos recebidos, fato motivado pelo trabalho incansável realizado pelos policiais da área finalística.

Ação 8692 – Educação De Trânsito Para Usuários:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ ND**

Principais Resultados:

As ações de Educação para o trânsito em 2012 tiveram como foco a realização de palestras e cursos.

Trânsito com Cidadania

Foi lançado pelo DPRF o Projeto “Trânsito com Cidadania”, com público-alvo formado por motoristas de caminhões, de ônibus e alunos dos Centros de Formação de Condutores. Nas regionais foram criadas comissões as quais, por determinação do Diretor Geral do DPRF, eram presididas pelo Corregedor Regional.

4.2.1.3 - APOIO ADMINISTRATIVO - PROGRAMA 0750

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

Principais Ações do Programa Ação 2000 Administração da Unidade

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ ND**

Principais Resultados:

Esta ação representa o maior volume de gastos da Unidade. Fornece os meios necessários para que a Polícia Rodoviária Federal desenvolva plenamente sua atividade fim na consecução de seus objetivos e, também, atende as demanda da atividade meio. Embora represente o maior volume de recursos executados, sua manutenção é condição indispensável para o salutar desenvolvimento das atividades fim e meio desta Unidade. Dentre as demandas atendidas por esta ação encontram-se:

- * Água encanada e tratamento de esgoto
- * Energia Elétrica
- * Material de consumo
- * Locação de mão-de-obra
- * Imprensa nacional
- * Concessão de bolsa de estágio
- * Diárias administrativas
- * Licenciamento da frota de veículos
- * Publicidade legal
- * Terceirização

Para a realização de despesas com deslocamentos, ou seja, despesas com diárias e/ou passagens, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal estabeleceu limites de valores para esta Unidade, não sendo possível pactuar metas para estas despesas uma vez que ocorrem em função das demandas que se apresentam no decorrer do exercício. As despesas desta ação atenderam as convocações feitas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no exercício sob exame, bem como atenderam as demandas originadas nesta Unidade.

Os reflexos da carência de efetivo não é privilégio desta ação, dado que o volume de atividades a serem desenvolvidas em um procedimento licitatório para a contratação de serviços terceirizados, por exemplo, demandam tempo, envolvem várias pessoas e requerem a atuação de servidor com conhecimentos na área de compras públicas. Os reflexos continuam na designação de servidor para acompanhamento do contrato e aplicação do que foi avençado e do que consta nos respectivos normativos que regem a matéria. No entanto, conseguimos atender as demandas de competência desta ação, proporcionando, assim, condições satisfatórias de trabalho para todos setores desta Unidade.

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em 1 conjunto de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

- a. Despesas por Modalidade de Contratação;
- b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Os conjuntos de demonstrativos relacionados acima são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Quadro A.4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Empenhos Emitidos		Empenhos Liquidados		Valores Pagos		Empenhos Inscritos em RP	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
02. Convite	88.990,60	13.039,13	2.061,80	-	2.061,80	-	86.928,80	13.039,13
03. Tom. de Preço	-	1.988.204,57	-	164.374,51	-	164.374,51	-	1.823.830,06
06. Dispensa	1.365.302,80	555.211,74	1.334.759,88	526.101,06	1.132.068,37	476.288,93	30.542,92	29.110,68
07. Inexigibilidade	90.271,76	123.010,90	56.059,03	97.912,94	47.408,14	97.912,94	34.212,73	25.097,96
08. Não se aplica	55.857,92	84.835,12	53.832,92	84.493,90	53.393,00	84.493,90	2.025,00	341,22
12. Pregão	4.092.119,86	4.541.575,52	2.388.823,76	3.573.137,09	2.214.144,36	3.546.238,85	1.703.296,10	968.438,43

Fonte: SIAFI Gerencial 2012/201 – DPRF

Quadro A.4.15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.4.15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
1 – Despesas de Pessoal	21.889,89		21.889,89		0		21.889,89	
1º elemento de despesa - 08 Outros Benefícios Assistenciais	21.889,89	97.788,12	21.889,89	97.788,12	0	0	21.889,89	97.788,12
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	0		3.670.487,67		757.552,23		3.373.278,53	

1º elemento de despesa 39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.357.692,82	1.509.375,62	1.125.458,88	1.234.662,56	232.233,94	274.713,06	982.300,78	1.172.190,20
2º elemento de despesa 37 – Locação de mão de obra	1.398.671,58	1.521.961,09	1.302.468,88	1.398.219,48	96.202,70	123.741,61	1.157.079,80	1.388.829,64
3º elemento de despesa 30 – Material de consumo	1.049.601,31	1.012.801,77	622.152,94	747.468,22	427.448,37	265.333,55	613.490,98	742.620,05
Demais elementos do grupo	622.074,19		620.406,97		1.667,22		620.406,97	
Fonte: Relatório de Gestão 2011 e SIAFI2012								

Quadro A.4.15 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.4.15 – Despesa por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação							Valores em R\$	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
4 – Investimentos	1.572.754,64	2.938.982,32	35.167,20	771.563,01	1.502.420,24	2.167.419,31	35.167,20	771.563,01
1º elemento de despesa 51	728.967,82	1.988.204,57	0	164.374,51	693.800,62	1.823.830,06		164.374,51
2º elemento de despesa 52	843.786,82	950.777,75	35.167,20	607.188,50	808.619,62	343.589,25	35.167,20	607.188,50
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Fonte: Relatório de Gestão 2010 e SIAFI2011								

Análise crítica

Analisando o Quadro comparativo 2011-2012 de Despesas por Modalidade de Contratação observa-se redução significativa das despesas por Contratação Direta na modalidade de dispensa de licitação, tanto em referencia à quantidade como no valor contratado, exceção para contratação de apoio administrativo que foi realizado contrato emergencial com anuência da AGU através de seu Núcleo local.

A Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 representou um avanço, uma vez que modificou a forma de contratação de mão de obra para a prestação de serviços de natureza continuada, implicando na redução dos valores contratados. No entanto, a contratação de mão de obra continua a representar o maior volume de gastos no grupo de natureza de despesa “3 – outras despesas correntes”, essenciais para desempenho das atividades atribuídas a esta Unidade.

O incremento no volume da despesa verificado no elemento de despesa “52 - equipamentos e material permanente”, do grupo de natureza de despesa “4 - investimentos”, refere-se a aquisição de viaturas ocorrida no exercício em exame. Neste caso, as quantidades de viaturas a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cabendo as suas Unidades a efetivação da aquisição.

O planejamento desta Unidade volta-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições essenciais para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Desta forma, diante do volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, esta Unidade não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos para execução das ações. Não significa dizer que estamos diante de situação ideal para atingimento do interesse público, haja visto que a situação ideal implicaria, dentre outros fatores, em um aumento significativo de efetivo.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece esta Unidade. O reduzido número de servidores lotados nesta Unidade reflete tanto no desempenho da atividade fim atribuída a esta 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, como no desempenho das atividades administrativas, que servem de suporte a atividade fim.

Vale salientar neste tópico que o preenchimento dos quadros acima e subsequentes foi de responsabilidade do DPRF, que nos repassou as planilhas apenas para auxiliar-nos a complementar os tais quadros, visto que somente um servidor desta Regional tem senha de acesso ao SIAFI Gerencial, sem, contudo, adequado treinamento para uso dessa ferramenta.

4.3 Indicadores Institucionais

Foi ministrado curso sobre gestão estratégica para lideranças e o Curso Técnico sobre diagnóstico estratégico institucional. Foi realizada a pesquisa de campo através de lideranças internas (Diretor do DPRF, Coordenadores-Gerais do DPRF, Superintendentes das Regionais e Chefes de Distrito) e lideranças externas (ANTT, MPOG, DENATRAN, CGU, Min, Transportes, etc)

Ainda, houve o Seminário sobre o Diagnóstico Estratégico Institucional, realizado no final de dezembro de 2010, em Brasília-DF, contando com a presença de todos os Superintendentes Regionais para a elaboração do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, o qual utiliza a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada à Gestão por Competências. Como consequência foi

elaborado o Mapa estratégico do DPRF para 2011-2016, além da Missão, Visão e Valores da Instituição.

Após a finalização dos trabalhos, prevista para o exercício 2011, O DPRF procederá a elaboração de indicadores institucionais que serão acompanhados pelas UJs nos exercícios futuros.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

O demonstrativo abaixo refere-se à execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, desde o exercício subsequente ao da inscrição até o exercício 2012.

O Quadro A.5.2. abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores. cancelados e pagos acumulados até o final do exercício 2011, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010			78.643,10	0,00
2009	101.950,00		101.950,00	0,00
2008	595,89	595,89	*	0,00
2007	592,80	592,80	*	0,00
2006	326,39	326,39	*	0,00
2003	17.949,00	17.949,00	*	0,00
Fonte: SIAFI2011				
* Valores não disponíveis pelo DPRF através do SIAFI GERENCIAL, e dificuldades técnicas para obtê-los.				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	638.282,12	0,00	0,00	638.282,12
2009	265.128,50	262.337,00	2.791,50	0,00
2008	93.810,28	93.810,28	0,00	0,00
2007	103.832,87	93614,97	10.217,90	0,00
Fonte: SIAFI2010				
* Valores extraídos do SIAFI2011, porém a de se destacar as dificuldades técnicas para obtê-los				

Análise Crítica

Os restos a pagar processados em exercícios anteriores a 2010, estão inscritos por dificuldades operacionais e disponibilidade de recursos financeiros e de cancelamento por nossa Unidade e serão baixados em 2012 pela Setorial Contábil do Ministério da Justiça.

O saldo referente ao RP processado inscrito em 2009 será quitado tão logo haja condições financeiras para fazê-lo, haja visto que o veículo já foi entregue, e estamos somente no aguardo de liberação de recurso financeiro para efetivar o devido pagamento. Quanto ao RP processado inscrito em 2003, trata-se de processo que teve sua liquidação prejudicada em virtude da situação fiscal (SICAF) do fornecedor. No que se refere aos RP Processados dos anos restantes deverá ser objeto de uma análise mais acurada para regularização de tais saldos.

No que se refere aos RP não processados será procedida sua regularização, com a ajuda da Setorial Contábil, no próximo exercício, já que por um lapso da administração, não foram liquidados e/ ou cancelados em tempo hábil, de acordo com o prazo previsto pelo Decreto nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010, que prorrogou sua validade até o dia 30 de abril de 2011.

Esta regional não firmou convênios, contratos de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres no exercício de referencia, assim como não se utilizou de aquisição de material ou serviços na modalidade suprimento de fundos, contas bancárias do tipo B e cartões de crédito do governo federal.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 RECURSOS HUMANOS

PROGRAMA: 008

AÇÃO:

Quadro A.6.0 – Valores Pagos a Título de Benefícios

Em R\$ 1,00

Tipo de Benefício	Valores			Total
	2010	2011	2012	
Assistencia Médica	nd	nd	1.606.078,80	1.606.078,80
Auxílio Creche	147.704,00	152.708,87	143.283,73	443.696,00
Auxílio Transporte	3.054,98	3.149,06	3.142,16	9.346,20
Auxílio Alimentação	1.495.168,34	1.445.807,42	1.436.800,62	4.377.776,38
Total (R\$)				6.436.897,38

Fonte: SRH

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		395	13	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	395	13	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	395	13	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	
3. Total de Servidores (1+2)	-	395	13	

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	45
4.1. Doença em pessoa da família	45
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	45

Fonte: SRH

Lei nº 9.020, de 30/03/1995.

Quadro A.6.1.1 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	0	28	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	28	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	29	0	0

Fonte: SRH

Quadro A.6.3 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provisamento de cargo efetivo	28	161	136	57	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	28	161	136	57	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provisamento de cargo em comissão/FGR	1	12	16	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	0
2.3. Funções gratificadas	1	12	15	0	0
3. Totais (1+2)	29	173	152	57	15

Fonte: SRH

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	02	420	09	1	-	-	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	02	420	09	1	-	-	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	28	1	-	-	-	
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-	
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	28	-	-	-	-	
3. Totais (1+2)	-	-	-	02	448	10	1	-	-	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	256	7
1.1 Voluntária	256	7
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	256	7

Quadro A.6.8 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	135	9
1.1. Integral	135	9
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	135	9

Fonte: SRH

Quadro A.6.9 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	-	-	-	-	-

Fonte: SRH

Quadro A.6.10 - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em
R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2012	41.938.144,39	7.195,47	5.282.304,85	6.895,26	-	2.828.649,64	35.268,83	634,79	222.953,78	50.322.047,01
	2011	41.785.256,04	15.937,32	5.252.104,28	14.859,39	-	2.861.171,72	30.539,76	0,00	313.525,62	50.273.394,13
	2013	41.742.224,82	4.961,03	5.144.045,10	395.082,55	-	2.315.457,10	16.724,73	2.525,18	261.384,40	49.882.404,91
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	40.232.396,66	15.937,32	5.252.104,28	1.666.573,11	-	1.390.401,30	1.506.527,84	-	210.453,62	50.274.394,13
	2010	29.227.350,34	4.590,97	3.635.631,50	-	-	146.033,51	170,81	4.415,00	3.576,06	33.021.768,19
	2009	25.536.299,48	1.680,20	3.259.887,44	516,01	-	110.999,65	53,27	-	4.306,48	28.913.742,53
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	22011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	22010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	22009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	126.907,00	12.708,00	-	-	-	6.232,81	364,41	-	-	146.212,21
	2010	66.775,00	8.366,00	-	-	-	46,08	29,41	-	-	79.778,06
	2009	74.268,00	9.262,00	-	-	-	46,08	0,00	-	-	88.137,99
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	22011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	22010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	22009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											

Exercícios	22011	64.846,88	13.096,23	12.969,37	-	-	1.105,00	1.520,00	-	-	93.537,48
	22010	48.504,72	-	6.063,09	1.347,35	-	-	3.648,00	-	-	59.563,16
	22009	97.009,44	-	8.044,12	1.347,35	-	62,92	1.598,28	-	-	108.062,11
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	22011	3.291.565,89	13.497,18	402.567,57	114.400,87	-	183.585,15	109.043,28	-	20.173,90	4.134.833,84
	2010	3.366.951,97	4.590,97	429.576,23	146.076,42	-	126.047,84	119.841,33	-	34.769,12	4.227.853,88
	2009	2.960.644,66	1.680,20	374.395,12	123.303,30	-	111.659,56	57.849,42	-	62.256,46	3.691.788,72

Fonte: SRH

Quadro A.6.11 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2006	L	O	05/2005	07.417.330/0001-26	02/01/2006	01/11/2011	36	36					
2006	V	O	02/2006	06.978.936/0001-78	03/07/2010	02/07/2011	*	*					
Observações: *foram contratos postos de serviços.													
LEGENDA													

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro A.6.12 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome:														
UG/Gestão:					CNPJ:									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2006	1	O	05/2005	07.417.330/0001-26	02/01/2006	01/11/2011	36	36						
2006	2	O	02/2006	06.978.936/0001-78	03/07/2010	02/07/2011	*	*						
2008	14	O	03/2008	05.533.521/0001-28	15/03/2008	31/07/2011			19	19				
2010	14	E	09/2010	05.633.212/0001-20	04/08/2010	30/01/2011	19	19						
2011	14	O	05/2011	07.783.832/0001-70	02/05/2011	01/05/2012		10		25				
2011	3	O	09/2011	07.249.612/0001-61	08/07/2011	07/07/2012	*	*						
Observações:														
LEGENDA														
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.										
1. Conservação e Limpeza;				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.										
2. Segurança;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.										
3. Vigilância;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										
8. Reprografia;														
9. Telecomunicações;														
10. Manutenção de bens móveis														

4. Transportes;	11. Manutenção de bens imóveis
5. Informática;	12. Brigadistas
6. Copeiragem;	13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
7. Recepção;	14. Outras

Fonte:
SAF/16ª

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	29	29	00
	Entregaram a DBR	29	29	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte: SRH/16ª SRPRF

6.2 Considerações

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6/09/2007, publicada no D.O.U. de 11/09/2007, os detentores de Cargo Comissionado e Funções de Confiança, no âmbito desta Superintendência, apresentaram a declaração de ajuste anual do imposto de renda do exercício de 2012, ou autorizaram, mediante Termo de Opção, o acesso às cópias de suas declarações apresentadas a Secretaria da Receita Federal, cujas cópias encontram-se arquivadas na Seção de Recursos Humanos.

No ato de provimento de cargos públicos é solicitado pela Comissão Regional de concurso composta de integrantes do Núcleo de Inteligência e da Corregedoria Regional, que candidato nomeado apresente documentação referente a residência, escolaridade e dados laborais dos últimos cinco anos, informações que servirão de suporte para a chamada investigação social. Esta medida visa identificar eventuais acumulações remuneradas de cargos públicos, instituto vedado pelo Art.37, incisos XVI e XVII da CF/88. Salientamos que no exercício de referência não foram encontradas irregularidades neste sentido.

7. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

8.1 MEDIDAS ADOTADAS VISANDO A REDUÇÃO DO CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

A Unidade trabalha no sentido de racionalização da utilização de recursos como papel, energia elétrica e água. Ações visando este objetivo foram realizadas no exercício de referência tais como:

- 1) Criação de uma Comissão de Desfazimento de Bens;
- 2) Visando redução do consumo de energia elétrica, o abastecimento de água foi modificado, passando a ser firmado contrato com a CAGECE – COMPANHIA CEARENSE DE ÁGUA E ESGOTO;
- 3) Substituição das Centrais de Ar Condicionado antigas por aparelhos Split, com tecnologia de redução de consumo;
- 4) Substituição dos monitores antigos de computador por aparelhos de LCD o que reduz o consumo de energia elétrica;
- 5) Adoção da Digitalização de Processos visando a economia de papel;

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido	X				

manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

9.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

Quadro A.9.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	CEARÁ		
	Aracati	01	01
	Boa Viagem	01	01
	Caucaia	01	01
	Chorozinho	01	01
	Fortaleza	01	01
	Icó	02	02
	Irauçuba	01	01
	Jaguaribe	01	01
	Milagres	01	01
	Russas	01	01
	São Gonçalo do Amarante	01	01
	Sobral	01	01
	Tianguá	01	01
	Subtotal Brasil		15
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		15	15

Fonte: NUPAT/16ª SRPRF/CE

Quadro A.9.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200112	1239.00002.500-7	12	3	3.360,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1321.00035.500-0	12	3	52.938,75	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1347.00013.500-4	12	3	23.347,20	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1355.00033.500-4	12	3	34.066,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1373.00012.500-8	12	3	85.298,40	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1389.00509.500-6	12	3	5.572.549,02	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1409.01287.500-1	12	3	44.436,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1409.01288.500-7	12	3	40.776,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1423.00013.500-3	12	3	1.280,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1439.00041.500-2	12	3	4.200,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1467.00008.500-8	12	3	4.080,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1573.00057.500-0	12	3	15.480,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1549.00003.500-9	12	3	3.600,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1559.00392.500-2	12	3	6.720,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
200112	1569.00008.500-0	12	3	1.680,00	-	Não consta no SPIUNET	-	-
Total								

Fonte:SPIUNET

No exercício 2012 não existiram bens imóveis de propriedade da União, formalmente sob responsabilidade da 16ª SRPRF. Os imóveis que se encontram no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet são as 13 Unidades Operacionais, 01 sede de Delegacia e 01 sede da Superintendência (compartilhado com o DNIT), todos localizados no Estado do Ceará.

1. As informações relativas às licitações realizadas em 2012 pela Comissão Permanente de Licitação da 16ª SRPRF-CE estão resumidas nas tabelas abaixo:

1.1. Número de licitações por modalidade:

Modalidade	Licitações realizadas
Pregão Eletrônico	05
Tomada de Preços	01
Concorrência	01

1.2. Objeto:

Modalidade	Número da Licitação	Objeto
Pregão Eletrônico	01/2012	Contratação de serviço continuado de vigilância armada , com execução mediante regime de empreitada por preço global, visando atender as necessidades da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - 16ª SRPRF/CE.
Pregão Eletrônico	02/2012	Contratação de prestação de serviços continuados de outsourcing de impressão com fotocópia, digitalização de imagem e transmissão de fac-símile, com fornecimento de software de gerenciamento de cotas, monitoramento, gestão e bilhetagem de impressão, acessórios, suprimentos, insumos/consumíveis originais (toner e outros, exceto papel), multifuncionais novas e assistência técnica/manutenção nos locais de instalação (com fornecimento de peças e componentes), bem como quaisquer outros elementos necessários à prestação dos serviços de impressão, com execução mediante o regime de execução por preço unitário, para atender às necessidades da 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - 16ª SRPRF-CE.
Pregão Eletrônico	03/2012	Serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado com reposição de

		peças e/ou materiais, instalação de novos equipamentos e desinstalação de equipamentos preexistentes com execução mediante o regime de empreitada por preço global, visando atender às necessidades da 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - 16ª SRPRF-CE.
Pregão Eletrônico	04/2012	Contratação do serviço continuado de agenciamento de viagens e de agenciamento de transporte aéreo de cargas vivas (cães) , compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e de transporte aéreo de cargas vivas (cães), com execução indireta mediante o regime de empreitada por preço unitário, visando atender às necessidades da 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - 16ª SRPRF-CE.
Pregão Eletrônico	05/2012	Aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo (GLP) , visando atender às necessidades da 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - 16ª SRPRF-CE
Tomada de Preços	01/2012	Contratação de empresa de engenharia especializada para execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente a construção da UNIDADE OPERACIONAL MILAGRES , localizada na BR 116, km 475,380, em Milagres/CE, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos do Edital.
Concorrência	01/2012	Contratação de empresa de engenharia especializada para execução indireta, mediante o regime de empreitada por preço global, de obra referente a reforma do Centro de Treinamento do Nordeste – CTNE , localizado no pátio interno da Sede da 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal 16ª SRPRF-CE, situada na BR 116, Km 06, S/N, bairro Cajazeiras, município de Fortaleza-CE, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos do Edital.

1.3. Demonstrativo de valores licitados por modalidade de licitação:

Modalidade: Pregão Eletrônico		
Número do Pregão Eletrônico	Valor Estimado	Valor Licitado
Pregão Eletrônico nº 01/2012	R\$ 310.814,12	R\$ 301.066,88
Pregão Eletrônico nº 02/2012	R\$ 90.333,36	R\$ 73.779,60
Pregão Eletrônico nº 03/2012	R\$ 39.600,00	R\$ 38.999,99
Pregão Eletrônico nº 04/2012	R\$ 916.681,93	R\$ 889.049,80
Pregão Eletrônico nº 05/2012 ⁽¹⁾	R\$ 32.593,50	R\$ 12.384,00
Total por Pregão Eletrônico	R\$ 1.390.022,91	R\$ 1.315.280,27

Modalidade: Tomada de Preços		
Número da Tomada de Preços	Valor Estimado	Valor Licitado
Tomada de Preços nº 01/2012	R\$ 970.683,96	R\$ 955.420,20
Total por Tomada de Preços	R\$ 970.683,96	R\$ 955.420,20

Modalidade: Concorrência		
Número da Concorrência	Valor Estimado	Valor Licitado
Concorrência nº 01/2012 ⁽²⁾	R\$ 2.903.888,15	R\$ 0,00
Total por Concorrência	R\$ 2.903.888,15	R\$ 0,00

1.4. Observações:

1.4.1. Somente o item 01 do Pregão Eletrônico nº 05/2012, constituído por 10(dez) itens, foi adjudicado, sendo os demais cancelados na aceitação.

- 1.4.2. A Concorrência nº 01/2012 ainda não foi concluída.
2. Entre as principais atividades inerentes à Comissão Permanente de Licitação estão:
- 2.1. Receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações;
 - 2.2. Realizar publicações oficiais relativas às licitações;
 - 2.3. Abertura, direção e encerramento das sessões públicas de habilitação dos proponentes, julgamento, classificação das propostas e das sessões públicas de julgamento;
 - 2.4. Exame formal, nos termos do instrumento convocatório, dos documentos de habilitação ou inabilitação dos proponentes;
 - 2.5. Exame formal das propostas comercial e técnica e o respectivo julgamento, conforme estabelecido no instrumento convocatório;
 - 2.6. Recebimento e apreciação de recursos contra seus atos, dirigindo-os à autoridade superior, bem como recebimento e apreciação de pedidos de impugnação contra o instrumento convocatório;
 - 2.7. Notificação dos demais proponentes dos recursos interpostos contra seus atos;
 - 2.8. Revisão de seus atos em razão de recursos interpostos, remetendo-os à autoridade superior quando mantiver as decisões proferidas;
 - 2.9. Promoção de diligências no interesse do procedimento da Licitação e do interesse público;
 - 2.10. Sugestão à autoridade superior sobre a aplicação de sanções aos proponentes que se conduziram irregularmente durante procedimento da Licitação;
 - 2.11. Adjudicação do objeto licitado e encaminhamento do processo para homologação, quando for o caso;
 - 2.12. Publicação de extratos de contratos e de termos aditivos na imprensa oficial;

10. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.10.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					10(dez)
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	

11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
LEGENDA					
Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/CE		200112	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações;</p> <p>c) Convênios a comprova e a liberar com data expirada.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONTDPROG/SE/MJ
Coordenador

12. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal teve profundas mudanças em seus dirigentes. Praticamente todas as seções e núcleos tiveram novos gestores. Tantas mudanças trouxeram aspectos positivos, mas também houve dificuldades operacionais. O próprio relatório de gestão traz as dificuldades de avaliação inerentes há um processo tão profundo de mudanças. Como já demonstrado, a gestão da UJ tem suas estratégias definidas pela Direção Geral do órgão, não há metas e índices de avaliação claramente definidos na atividade-meio (administrativas) e este fato já se torna a própria meta em termos de administrativos. Assim sendo os resultados mensuráveis da UJ se limitam as atividades fins (área operacional).

Entretanto alguns aspectos positivos precisam ser elencados para dimensionar o avanço da administração em atacar problemas cruciais dessa UJ, principalmente na atividade fim, foco da administração. Foram contratadas empresas de manutenção predial para realizar reparos emergenciais nas unidades operacionais, como por exemplo, na parte elétrica, que, apesar do avanço tecnológico foram projetos de quarenta anos atrás. Foi licitado a construção de duas unidades operacionais consideradas as piores do Estado, Milagres e Icó. A manutenção do parque de viaturas também foi objeto de novo contrato e doravante as viaturas não mais precisarão vir para a capital para receber manutenção preventiva e corretiva, cada delegacia terá atendimento em seu município.

Apesar do baixo efetivo e da precariedade de vários trechos das rodovias federais que corta o estado do Ceará, fato amplamente divulgado pela imprensa, a taxa de mortalidade foi reduzida além da meta da 16ª SRPRF/CE. O número absoluto de vítimas fatais foi menor que o do ano de 2011. O mesmo êxito foi conquistado com a meta de redução de acidente, pois, embora o número absoluto tenha ficado próximo ao de 2011, a meta não foi alcançada.

As ações de natureza de segurança pública demonstram detenções de pessoas por crimes de trânsito, ambiental e do âmbito penal em geral, veículos recuperados, armas e munições, mercadorias, fruto de descaminho e ou contrabando, e drogas apreendidas. É a presença diuturna da Polícia Rodoviária Federal. Os índices de percepção de segurança nas rodovias, ainda não foram tabulados cientificamente, mas com certeza a presença das viaturas e policiais tanto ao longo do trecho das rodovias como nas unidades operacionais constituem fonte de segurança para os cidadãos. Esta UJ envidou todos os esforços para multiplicar a presença da PRF equalizando o baixo efetivo e as necessidades da sociedade.

Fortaleza, 27 de maio de 2013.

Comissão de Prestação de Contas da 16ª SPRF\CE – Portaria nº 58, de 5/02/2013, B.S. nº 08.

WILTON MOURÃO TORQUATO – Seção Administrativa e Financeira

ÁLVARO BARRETO DANTAS – Seção de Recursos Humanos

ANTONIO DANILO LIMA LOURENÇO – Corregedoria Regional

LEONARDO CÉSAR SILVA RODRIGUES – Seção de Policiamento e Fiscalização

EDSON LIMA AZEVEDO – Núcleo de Telemática

ANTONIO DOS SANTOS – Corregedoria Regional (Apoio Administrativo)

JOSÉ MARIA DE MELO JÚNIOR – Analista Técnico Administrativo/MJ (Apoio Administrativo)